

DIRETRIZES - SÃO PAULO

CONSTRUINDO A CIDADE
PARA ALÉM DO NOSSO TEMPO

PROGRAMA DE GOVERNO - 2017-2020



ÍNDICE

| | |
|---|----|
| CIDADE INTELIGENTE E HUMANIZADORA | 3 |
| DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO | 6 |
| TRANSPARÊNCIA, GESTÃO PARTICIPATIVA E COMBATE À CORRUPÇÃO | 11 |
| MOBILIDADE URBANA E QUALIDADE DE VIDA | 13 |
| A EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA | 15 |
| CONSTRUINDO UMA CULTURA DE CIDADE | 18 |
| CIDADE SAUDÁVEL E ACOLHEDORA | 20 |
| CIDADE INCLUSIVA, IGUALITÁRIA, DIVERSA, CIDADÃ E GARANTIDORA DE DIREITOS | 26 |
| DESCENTRALIZAÇÃO E GOVERNO LOCAL | 29 |
| POR UMA ALTERNATIVA DE COMUNICAÇÃO | 31 |
| DIREITO À CIDADE E POLÍTICA URBANA SUSTENTÁVEL | 32 |

CIDADE INTELIGENTE E HUMANIZADORA

A gestão Haddad foi a que colocou São Paulo dentro da era digital: aplicativos de mobilidade, saúde e outros, WiFi livre, laboratórios de tecnologia, programas como Fab Lab Livre e Vai Tec, a regulamentação do Uber. Após o êxito do projeto de implantação de ciclovias e do esforço para humanizar a metrópole, o grande desafio da próxima gestão em São Paulo deverá ser o aprofundamento das ações de inovação tecnológica. A adoção de ferramentas que conjuguem elementos de eficiência e qualidade de vida por meio de estratégias tecnológicas novas (ou já consagradas em algumas cidades do mundo) será tornada definitivamente uma política central do governo.

Estima-se que US\$ 1,5 trilhão seja investido na infraestrutura das “*smart cities*” (cidades inteligentes) até o ano de 2020, em localidades como Barcelona, Dubai, Roterdã, Viena, Dallas, Zaragoza e Cingapura. São Paulo, assim como grande parte das metrópoles do mundo, vai se integrar vigorosamente a esse esforço, visando primordialmente áreas como segurança pública, democratização da gestão, tráfego urbano, questões ambientais (lixo, áreas verdes, poluição do ar, intervenções sanitárias), entre outras.

Por intermédio das ferramentas da Cidade Inteligente, a tecnologia permite obter em segundos dados completos sobre as variáveis da vida urbana, algo que será cada vez mais crucial – no ano de 2050, segundo projeções de demógrafos, três quartos da população mundial viverá nas zonas urbanas. Informações precisas permitem soluções racionais de urbanismo e ar-

quitetura, infraestrutura, trânsito, indicadores sociais, econômicos e ambientais, entre outros, ajudando a equacionar problemas de mobilidade, educação, saúde, habitação, segurança, comunicação etc.

A ampliação do conceito de governança, com a sedimentação de um banco de dados sobre a metrópole, também capacita os cidadãos a acompanharem os atos do governo, a terem acesso rápido a serviços municipais, renegociarem débitos, redefinirem prioridades e conduzirem seus próprios destinos. Isso significa mais transparência. Programas específicos ajudam a simular impactos de obras e ações do governo antes que sejam efetivadas, permitindo potencializar tanto economia quanto investimento.

As tecnologias digitais criam oportunidades vastas para os governos aprenderem a conhecer seus cidadãos e seus recursos. Em geral, instituições governamentais fazem pouco uso da experiência daquelas pessoas que estão dentro e fora do governo com credenciais científicas, talentos específicos e conhecimento das ruas.

A Cidade Inteligente se vale de sua capacidade de fazer a leitura dos diversos aspectos da vida urbana para incrementar a intersetorialidade e promover ações transversais de suas diferentes áreas. Um exemplo é a Comunicação, na qual a sistematização dos dados produzidos pela inovação tecnológica permite usar a informação de forma curatorial, humanizada, com objetivos sociais e democratizantes.

Outro exemplo é no acompanhamento eletrônico

dos dados da saúde pública, fortalecendo os sistemas de prontuários eletrônicos. Também é possível potencializar, por meio da tecnologia, a área do turismo de negócios de São Paulo, o maior destino do País nesse quesito. Pode-se projetar demandas do setor, com o desenvolvimento de uma rede de turismo inteligente, facilitando cooperação entre entidades e empresas.

A tecnologia, adotada com inteligência, atua decisivamente nos indicadores da segurança pública. Resulta numa cidade mais segura. O monitoramento do espaço urbano, dos transportes coletivos e individuais e das escolas, da iluminação, entre outros, permite que a “Smart Sampa” tenha uma visão clara dos locais de intervenção imediata e das medidas que se devem tomar.

A segunda gestão Haddad se dedicará com afinco a desenvolver e instalar instrumentos que permitam maior interação (e conseqüente aproveitamento) das diferentes áreas da ação de governo. Assim como foi fundamental, na primeira gestão, repensar o modelo urbanístico da cidade à luz de seus desequilíbrios, suas segregações e sua imobilidade, agora é fundamental perseguir como objetivo a transversalidade total das ações públicas.

Partindo-se do pressuposto de que a informação conduz a mudanças comportamentais, uma ampla rede de monitoramento dos hábitos e das movimentações dos cidadãos pela cidade de São Paulo tenderia a permitir identificar tendências, demandas e carências, e atuar para integrar, potencializar, sanar.

Mas esse sistema de informação deverá atentar para uma premissa básica do Partido dos Trabalhadores: a dimensão social da tecnologia. A quem ela se põe a serviço? A quem serve a Cidade Inteligente? Como já assinalou em sua primeira eleição, o prefeito Haddad acredita que São Paulo só poderá caminhar de forma esperançosa e resoluta para o futuro se forem adotadas políticas públicas de inclusão social e redução drástica das desigualdades e da segregação territorial.

A economia conseguida com a adoção de tecnologias permite a reinversão de recursos em áreas mais fragilizadas da vida urbana, longe de ser um fim em si mesma. E estimula a criar um estado regulatório mais competente, no qual descentralização e transparência administrativa constituem um passo adiante para uma sociedade mais inclusiva.

A ação da prefeitura terá a meta precípua da de-

mocratização, ao potencializar a possibilidade da participação do cidadão na solução de cada um dos problemas da metrópole. O desenvolvimento de serviços públicos digitais deve ter por objetivo facilitar a interação do cidadão com o governo e observar princípios de transparência, participação e proteção da privacidade. Deve-se priorizar a autonomia tecnológica, com uso e desenvolvimento preferencial de software livre e padrões abertos, que permitam a colaboração da sociedade no desenvolvimento dos serviços, bem como garantam maior segurança e capacidade de auditoria.

A inclusão digital e o acesso às novas tecnologias ampliam as oportunidades e benefícios de aprendizagem, assim como o trabalho. Este aspecto reforça a atratividade do município para empreendimentos de alta intensidade em tecnologia e conhecimento, contribuindo para fortalecer a imagem de São Paulo como centro de criação de conhecimento e tecnologia, uma “*Sampa do Desenvolvimento, Inovação, Trabalho e Inclusão*” – uma cidade inteligente, tecnológica, inovadora, humana e inclusiva a partir do trabalho.

A centralidade do trabalho para o desenvolvimento da cidade é tarefa fundamental de um governo que possua como visão principal a criação de uma cidade para todos e todas. Há hoje muitas ferramentas da tecnologia que podem converter um núcleo urbano normal em uma cidade inteligente. Sua adoção deve ter como princípios, sempre, a participação e a proteção da privacidade. Sensores invisíveis camuflados em qualquer ponto (cestos de lixo, semáforos, terraços de edifícios) facilitam a captação de informação que permite gerir de maneira mais eficiente os serviços de uma metrópole, melhorando recolhimento de lixo, gestão da água, qualidade do ar ou até detecção de níveis de contaminação.

O novo século pede uma atualização constante das estratégias tecnológicas na gestão das cidades. Novas plataformas de tecnologia colaborativas e sustentáveis têm mudado radicalmente a forma como se espraia a democracia: softwares abertos, carros elétricos, edifícios verdes, enciclopédias digitais, a forma como o capital flui e até mesmo como se apanha um táxi no Século 21.

Em Chicago, sensores de GPS na neve providenciam uma leitura em tempo real das precipitações at-

mosféricas desse tipo, advertindo para locais de acesso difícil ou fácil. Em Zaragoza, na Espanha, o Cartão do Cidadão desbloqueia as bicicletas, ajuda a buscar livros em sebos e paga a viagem de ônibus. Em Nova York, cientistas instalaram sensores que ajudam a deflagrar alertas de tempestades, ciclones e alagamentos, prevenindo tragédias.

A **Internet das Coisas** (do inglês, *Internet of Things*) trouxe a possibilidade de conectar, por meio da internet, de aparelhos eletrônicos do cotidiano, como eletrodomésticos a máquinas industriais e meios de transporte – e cujo desenvolvimento se assenta sobre

sensores wireless e nanotecnologia.

As cidades do Século 21 são um ambiente urbano inteiramente conectado por meio dos smartphones. E, após anos em que a perspectiva dominante vinha sendo puramente tecnológica, os urbanistas destacam que os projetos que ganham mais protagonismo, no momento, são aqueles em que o *smart citizen* (cidadão inteligente) é tão importante quanto a *smart city*: em vez de se converter em um emissor de dados, torna-se um cidadão que faz uso ativo de todas as ferramentas a seu alcance e que a utiliza para reapropriar-se da cidade, de seus espaços públicos e seus serviços.

DIRETRIZES

- Coordenar as estratégias de tecnologia da informação e inovação, investindo em infraestrutura de tecnologia, e desenvolver a capacidade de a Prefeitura possuir autonomia tecnológica e de entrega das políticas públicas finalísticas com qualidade e eficiência no uso dos recursos públicos.
- Utilizar o poder de compra e decisão da Prefeitura como instrumento de fomento ao desenvolvimento econômico e tecnológico.
- Tornar São Paulo uma **cidade conectada**, se adequando aos padrões tecnológicos abertos, tendo como princípio norteador o avanço da cultura de participação no município.
- Disponibilizar informações, cruzamento e análise de dados aos cidadãos e cidadãs, bem como a sociedade civil, de maneira a permitir maior apropriação e intervenção na governança da cidade.
- Incentivar a criação de um laboratório de desenvolvimento de aplicativos que permitam aos cidadãos e às cidadãs maior facilidade de acesso e uso dos serviços públicos, acompanhamento e transparência da gestão municipal.
- Colocar a tecnologia como uma dimensão estratégica na formulação e execução das políticas, adotando práticas inovadoras de governança, gestão e financiamento de Tecnologia da Informação (TI).
- Deve-se promover uma ampla ação de disponibilização de dados abertos e adoção de uma abordagem de **governo como plataforma**.
- Implementar ferramentas de levantamento de dados a respeito das diversas dimensões da vida da cidade, em convênios com Nações e instituições do exterior, para a coleta e o processamento de informações como base para a tomada de decisões e formatação e implantação de políticas públicas de mobilidade urbana, acesso à cultura, lazer, saúde e serviços públicos.
- Disponibilizar e integrar nossa base de dados com as diferentes instâncias do Estado brasileiro, permitindo maior capacidade de intervenção e eficácia em áreas como saneamento básico, prevenção e combate a enchentes e acidentes naturais, segurança pública e combate ao crime.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO

Em tudo, São Paulo é superlativa em relação às demais grandes cidades do País e da América Latina e se firmou como uma das principais cidades globais. É o principal centro financeiro e comercial da América do Sul, é a maior cidade do continente sul americano, é a maior cidade do hemisfério Sul. O nosso município representa quase 11% do PIB brasileiro. Se fosse um país, seria a 36ª economia do mundo. O seu orçamento é maior do que o orçamento de muitos países. Com quase 12 milhões de habitantes, São Paulo é a 7ª maior cidade do planeta e integra uma região metropolitana que soma 20 milhões de pessoas.

Essa mesma Região Metropolitana é cercada por metrópoles localizadas em localidades como Campinas, Baixada Santista, Vale do Paraíba conformando um aglomerado de 30 milhões de pessoas, um dos maiores complexos industriais e comerciais do mundo. Trata-se de uma macro-metrópole que vai se conurbando, que vai se complexificando e que vai criando um foco de potências industrial, educacional, tecnológica, turística, desportiva, cultural e financeira. São Paulo é o maior destino turístico do Brasil e um dos maiores do continente americano: turismo de saúde, de negócios, comercial, financeiro, de eventos, religioso, cultural, gastronômico, desportivo e recreativo.

Os prefeitos e gestores públicos das últimas décadas, engolfados por um salto quântico no crescimento da cidade e de seus problemas, se transformaram em gestores das demandas e perderam a corrida por elas. Ao invés de governar a cidade, antecipando-se ao advento de problemas, passaram a ser governados por eles, governados pelas demandas, e sucumbiram a um processo no qual o passado governa o presente e bloqueia o futuro. A fal-

ta de planejamento, o olhar fixo no imediatismo político e eleitoral, o não fazer aquilo que era preciso ser feito, a ausência de prudência e ousadia fizeram com que São Paulo se tornasse mais a cidade dos problemas e menos a cidade das soluções, mais a cidade da paralisia e menos a cidade da mobilidade, mais a cidade das dificuldades da vida e menos a cidade do bem viver.

Somente com o prefeito Fernando Haddad esse jogo do perde-perde começou a ser reequilibrado tornando-se, ao menos, um jogo do perde-ganha. É verdade que as demandas da sociedade e da cidade continuam a ditar a agenda da administração municipal e farão isto por muito tempo. É verdade que as carências da cidade, principalmente as carências da periferia, continuam muito superiores do que as satisfações e a boa oferta de serviços públicos. É verdade que a falta de direitos ainda é superior à sua garantia. É verdade que a falta de cidadania ainda é superior ao exercício de uma cidadania ativa e participativa.

Mas é verdade também que a gestão Haddad perturbou esse jogo de derrotas, perturbou o comodismo, perturbou as mentes conservadoras. Haddad percebeu que, se a administração olhasse só para o passado e suas encencas de problemas, não existiriam soluções. Haddad enfrentou e enfrenta os problemas com os olhos orientados para o futuro: investiu nas indústrias criativas, no turismo (cerca de R\$ 120 milhões), na mobilidade (cerca de R\$ 700 milhões).

Ficar apenas correndo atrás dos problemas do passado é uma corrida fadada à derrota. Haddad percebeu que é preciso enfrentar os problemas do passado correndo para o futuro. Este é o único caminho que pode conduzir São Paulo a um futuro melhor, a um futuro mais humanizado.

A gestão Haddad ajudou São Paulo começar a correr para o futuro quando fez com que a cidade andasse de forma mais cadenciada, reduzindo a velocidade das avenidas para que o fluxo de carros fosse mais contínuo e se perdesse menos tempo nas ruas e avenidas; quando ampliou as faixas exclusivas e corredores de ônibus para que as pessoas ficassem menos no trânsito e mais em casa com suas famílias; quando fez ver que mobilidade não é apenas tapar buracos, mas oferecer novas alternativas com a construção de uma rede de ciclovias e ciclofaixas e investindo nos deslocamentos a pé.

São Paulo começou a correr para o futuro quando foram destinadas avenidas e espaços urbanos, antes de usufruto exclusivo de veículos, para que as pessoas pudessem caminhar, se encontrar e se divertir aos domingos; quando foram reduzidas as mortes por atropelamento.

São Paulo começou a correr para o futuro quando a gestão Haddad percebeu que a cidade precisava de menos túneis e mais direitos com a instituição de programas humanizadores como Braços Abertos, Transcidadania, com a redução do tempo de espera nas filas dos hospitais e postos de saúde, com a construção de uma rede de Hospitais-Dia, com a oferta de milhares de novas vagas em creches e pré-escolas. A gestão Haddad foi a que mais ampliou a oferta dessas vagas.

São Paulo já garante um futuro significativo quando o prefeito **Haddad consegue, numa negociação difícil, reduzir a dívida do município para com a União de R\$ 74 bilhões para R\$ 27,5 bilhões, circunstância que estabiliza as contas da cidade por, pelo menos, 30 anos.** Isto é futuro, pois mais recursos poderão ser investidos em educação, saúde, mobilidade urbana, meio ambiente, cultura, lazer e direitos.

São Paulo investiu R\$ 17 bilhões no quadriênio que se

encerra esse ano, criando 1 milhão e 200 mil empregos, ao mesmo tempo em que apresenta a dívida mais baixa da história: 70% da receita corrente líquida da Prefeitura. **Regulamentou o Uber (processo que virou referência para o Banco Mundial) e o transporte privado individual de passageiros, ajudando a criar mais 24 mil novos empregos.** Aprofundou a economia solidária como estratégia de desenvolvimento, a segurança alimentar como estratégia de atenção à cidadania.

São Paulo é uma cidade inserida numa dinâmica global; contudo, é essencial considerar que ainda há grandes contingentes populacionais alheios à dinâmica avançada da economia. E esta é a questão central do modelo de desenvolvimento proposto: tratar o governo como um instrumento de equilíbrio e fomento de um modelo de cidade em que o trabalho é peça-chave da transformação social e urbana, baseada na concepção trazida pelo Plano Diretor, em que a transformação do espaço público inicia a transformação da vida das pessoas, gerando mais bem-estar, mais qualidade de vida e a sensação de que a cidade hoje é um lugar melhor para se viver.

São Paulo corre para o futuro quando se verifica a afirmação de um novo paradigma na cidade: o paradigma da ocupação dos espaços públicos. Esse paradigma faz, cada vez mais, com que a cidade seja dos cidadãos e não da pressa, do lazer e não da correria, das caminhadas e menos da poluição, da segurança e não do medo. Ciclovias, avenidas abertas para as pessoas aos domingos, eventos culturais, parques lineares, mobilidade urbana, entre outras iniciativas, constituem um complexo de inovações que se articulam para que as pessoas ocupem os espaços públicos e tenham uma relação com a cidade mais aberta, mais intensiva, mais humana e mais humanizadora. Isto é correr para o futuro.

DIRETRIZES

• 1) UMA DÉCADA EM QUATRO ANOS

Garantir a execução das seguintes PPPs, concessões e demais parcerias para o desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda, na cidade de São Paulo:

Concessão da Arena Anhembi: Assegurar a concessão do terreno para a construção da nova arena, espaço para shows e eventos no Anhembi.

Concessão do Espaço Anhembi: Promover a concessão do espaço de exposições do Anhembi, com transformação em um complexo de eventos.

PPP – Plano de Requalificação do Centro: Garantir a realização da PPP de requalificação do centro de São Paulo, com investimentos previstos em habitação, serviços e obras urbanas.

Requalificação do estádio do Pacaembu: Realizar a requalificação do estádio do Pacaembu.

Requalificação do Autódromo de Interlagos: Realizar a requalificação do Autódromo de Interlagos.

Garantia de investimento na Região Leste da cidade: Garantir investimentos na Zona Leste de São Paulo para a expansão da Lei 15.931/2013 – que prevê a concessão de incentivos fiscais para empreendimentos instalados em perímetro específico na Zona Leste.

PPP – LED: Assegurar a realização da PPP da iluminação de LED no município de São Paulo, incorporando

• 2) FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS DE ESTÍMULO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Estruturar formação e capacitação de micro e pequenas empresas, dando prioridade à área da economia criativa. Promover políticas de acesso das micro e pequenas empresas às compras públicas municipais e às cadeias de valor de grandes empresas.

• 3) PROMOÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Promover políticas públicas de economia solidária, com participação social e envolvimento do Fórum Municipal do setor. As regiões periféricas do município serão priorizadas, com concessões de crédito, parcerias internacionais, soluções tecnológicas e com formação para o

• 4) DESENVOLVER O PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E DINAMIZAÇÃO DOS CENTROS DE BAIRRO E COMÉRCIO DE RUA

Desenvolver os centros de bairros e o comércio de rua. Realizar estudos de vocação econômica visando a criação de empregos e a qualidade de vida.

• 5) INCENTIVAR O COMÉRCIO POPULAR INDIVIDUAL E COLETIVO

Incentivar o comércio popular individual e coletivo por meio de arcabouço institucional para o comércio ambulante e utili-

• 6) FORTALECIMENTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PÚBLICA

Fortalecer o programa de formação profissional público, por meio da criação da Rede Municipal de Formação. Serão priorizadas parcerias com empresas na experimentação técnico-profissional e desenvolvido um sistema que articule os diversos programas e ações sociais redistributivos, de combate à pobreza e à exclusão social. Garantir um sistema eficiente de oferta e procura de emprego, renda e trabalho por meio da criação da Política Municipal de Emprego, da aproximação do Sistema Público de Emprego e do Apoio aos Microempreendedores e do aprimoramento

novas tecnologias que viabilizem funções para implementação de uma Cidade Inteligente.

Estádio do Canindé – Portuguesa: Garantir a licitação do estádio do Canindé.

Ceagesp: Promover a transferência da sede da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP). Serão criados atrativos para o mercado imobiliário e instalada uma zona mista voltada para a economia criativa e pólo tecnológico.

Estádio do Canindé – Portuguesa: Promover a PPP para transformação do estádio do Canindé num centro econômico.

Organizar convênios e parcerias entre bancos e agentes do BNDES, em conjunto com o SEBRAE, para disponibilização de linha de crédito, de capital de giro para micro e pequenas empresas, objetivando a criação de empregos em todas as regiões da cidade.

empreendedor nas faixas etárias e perfis mais atingidos pelo desemprego, como mulheres e negros. A aquisição pública, comercialização e consumo dos bens e produtos oferecidos por esses setores serão incentivados pelo governo municipal.

Aplicação de tecnologias para cidades seguras (LED e monitoramento). Criar o programa de urbanização e acesso a crédito.

zação do Estatuto da Cidade, para função social da propriedade que abrigaria os Mercados Municipais Populares de bairro.

do relacionamento com as empresas ofertantes de vagas. Criar uma Política Pública Municipal de emprego e Rede Municipal de Formação Profissional que articule as políticas municipais de emprego e educação profissional com demais políticas públicas existentes e que potencialize recursos e estruturas na consolidação de um sistema atrativo e eficiente de oferta e de procura de emprego, trabalho, renda e educação profissional. Desenvolver programas de incentivo ao trabalho e à formação profissional para os (as) jovens da cidade de São Paulo, em especial para a juven-

tude negra da periferia, fomentando trajetórias positivas e oportunidades de desenvolvimento pessoal e coletivo. Apoiar e fomentar ações de empreendedorismo e desen-

volvimento econômico para a população negra. Desenvolver um programa municipal de capacitação e formação de mão-de-obra para pessoas com deficiência.

- **7) TRABALHO, EDUCAÇÃO E RENDA PARA A POPULAÇÃO JOVEM**

Criar o programa TER (Trabalho, Educação e Renda), voltado para a população jovem, como parte da estratégia da formação profissional e de combate ao desemprego, para atingir a população mais vulnerável com um programa de alta qualidade, aliando experimentação profissional e formação na mesma política pública, reduzindo os impactos do desemprego e da crise econômica e geran-

do alternativas reais de inclusão produtiva, integrando-o com o sistema público de trabalho e renda. Trata-se de uma proposta de revolução da realidade das periferias através da criação das redes municipais de formação profissional, em diversos arcos ocupacionais, com vários níveis de formação, todos eles oferecidos com subsídio da Prefeitura, em serviços prestados pela municipalidade.

- **8) FORTALECER AS ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS DE PROMOÇÃO DO TURISMO COM O OBJETIVO DE**

Preparar a cidade buscando dobrar o número de turistas, nos próximos 10 anos, com formação de mão de obra e convênios entre representantes do empresariado da área de comércio e serviços e representantes dos trabalhadores (as). Elaborar e executar o plano de formação para taxistas e transportes de passageiros (as). Elaborar plano de renovação e padronização da frota para taxistas. Organizar circuito turístico com transporte e guias

treinados bilíngues. Garantir a realização do máximo de eventos internacionais na cidade. Promover a cidade de São Paulo em mídias nacionais e internacionais. Atrair empresas nacionais e internacionais da área de entretenimento para investimentos em São Paulo. Potencializar as modalidades turísticas de saúde e negócios. Trabalhar segurança pública para oferecer uma cidade mais segura para moradores (as) e turistas.

- **9) PROMOÇÃO DE PARCERIAS ENTRE GOVERNO, UNIVERSIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS E O SETOR PRODUTIVO**

Promover parcerias entre a prefeitura, o setor produtivo, universidades, sindicatos patronais e de trabalhadores em torno de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, que induzam o fortalecimento das cadeias produtivas presentes no município, visando o aumento da competitividade das empresas paulista-

nas e a geração de benefícios em escala para a cadeia de fornecedores, além de geração de emprego e renda para o trabalhador (a). Os espaços de diálogo, como o Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia e Inovação e os Arranjos Produtivos Locais (APL), serão fortalecidos.

- **10) PROMOÇÃO DE IGUALDADE E INCLUSÃO NA CRIAÇÃO DE EMPREGOS**

Promover a inclusão, com base na superação da precarização do trabalho, no combate à informalidade e no respeito à diversidade de gênero, raça, etnia, orientação

sexual e deficiência, ampliando inclusive a oferta de vagas a egressos do sistema penitenciário, jovens que cumprem medidas socioeducativas e população em situação de rua.

- **11) ELABORAR O PLANO VOCACIONAL DA CIDADE DE SÃO PAULO, COM O OBJETIVO DE SER O PRINCIPAL CENTRO FINANCEIRO DA AMÉRICA LATINA, A CIDADE DA INOVAÇÃO, A CIDADE DA SAÚDE E TECNOLOGIA, A CAPITAL INTERNACIONAL DA GASTRONOMIA, DA MÚSICA, DO FUTEBOL, DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS**

- **12) INTEGRAÇÃO DAS INICIATIVAS INOVADORAS**

Integrar as diversas iniciativas de inovação em curso no município, como o Mobilab, Fab Lab, Telecentro, Wifi Livre, Vai Tec, Tech Sampa, organizando-as sob uma mesma estrutura institucional, promovendo sinergia de esforços

no sentido de melhoria dos serviços públicos municipais. No âmbito da Tech Sampa, propiciar a criação de Centros de Referência em Inovação para outros setores, como saúde, economia criativa e educação.

- **13) AMPLIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR**

Ampliar as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, no enfrentamento à exclusão social, por meio da produção agrícola de hortifrutis, do fortalecimento da intermediação mercantil e do incentivo à comercialização de alimentos orgânicos e da agricultura familiar, além das compras públicas desses produtos.

- **14) FORTALECER A AGRICULTURA FAMILIAR, URBANA E PERIURBANA**

Fortalecer a agricultura familiar, urbana e periurbana, incentivando o aumento da produtividade e a diversidade da atividade agrícola por meio do modelo de produção orgânica; adequação das unidades produtivas, uso sustentável das áreas, com a criação do cinturão verde de agricultura periurbana, promovendo a recuperação ambiental, a reutilização dos resíduos orgânicos, através de processos de compostagem, e a ampliação de alimentos orgânicos na alimentação escolar.

- **15) ABASTECIMENTO**

Efetivar rede logística de abastecimento na cidade de São Paulo, reforçando a característica social dos sacolões e ampliando a agricultura familiar e de orgânicos.

- **16) DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Promover estratégias locais de desenvolvimento em territórios prioritários e na cidade como um todo, visando dinamizar as localidades diversas da cidade e constituir o Fórum Municipal de Desenvolvimento.

- **17) AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA**

O município de São Paulo obteve ganhos significativos com a renegociação da dívida pública, que certamente será referência para um debate que pautará o Congresso Nacional neste semestre. Para tanto, é importante continuar o debate, que se desdobra na realização de uma auditoria e que possibilita, a partir da renegociação, ainda mais vantagens para os cidadãos (as) paulistanos (as) em desfavor do sistema financeiro brasileiro.

O tema do combate aos malfeitos do serviço público e à corrupção deverá ser um ponto central no debate eleitoral, efeito gerado pelo próprio momento sociopolítico que vive o País. E, possivelmente, não há no momento uma gestão tão preparada para debater esse tema quanto o primeiro governo Haddad. **O governo municipal combateu com eficácia a corrupção e conseguiu recuperar R\$ 300 milhões para os cofres públicos.**

O desbaratamento de quadrilhas que atuavam na administração municipal, como a Máfia dos Fiscais, foi possível com a adoção de medidas de monitoramento e inteligência, ações articuladas desde a primeira hora do governo.

A Controladoria Geral do Município (CGM) conseguiu recuperar ainda R\$ 134 milhões da Máfia do ISS, organização formada por auditores concursados que usavam a administração municipal para extorquir comerciantes – e que cobrou, por mais de 10 anos, propinas de empresas para conseguir descontos ilegais no pagamento do Imposto Sobre Serviços e do Habite-se. Também conseguiu recuperar recursos referentes à Operação Urbana Água Espreada (da administração de 1993 a 1996), no total de R\$ 145 milhões.

Além disso, a gestão Haddad auditou contratos de secretarias e subprefeituras de três anos anteriores, o que permitiu uma economia de recursos públicos da ordem de R\$ 58 milhões. **Também foram recuperados R\$ 300 milhões em ativos (imóveis, automóveis, barcos).**

O processo de compras e contratações públicas é

sempre complexo e de difícil controle social. Muito foi feito desde 2013 para melhorar esse quadro; a divulgação de todos os contratos e convênios firmados pela Prefeitura, na íntegra, é pioneira no Brasil. Também já é possível, hoje, acompanhar as despesas com cada fornecedor.

A partir de agosto de 2014, houve avanço significativo em relação à estruturação da Ouvidoria da Saúde, com a padronização dos processos de trabalho e implantação do sistema de gestão da qualidade; a criação de portaria e projeto de lei (que ainda tramita na Câmara); e a utilização das manifestações dos usuários do sistema público de saúde como indicador de qualidade na avaliação dos relatórios de contratos de gestão e como norteadores da gestão.

O diagnóstico desse setor de transparência mostra um ponto a incrementar: todos os anos, bilhões de reais são investidos na cidade em milhares de ações relacionadas a obras e reformas. Para acompanhar e fiscalizar todas essas obras, o apoio da população, por meio do controle social, é essencial.

Marca forte do primeiro governo, o aprofundamento das ações de prevenção e combate à corrupção é uma das metas da segunda gestão. Para garantir a implementação desses programas, o governo prevê o incremento de ferramentas que permitam mostrar a qualquer cidadão interessado toda a trajetória de uma contratação, desde a abertura de uma licitação até a execução e pagamento de serviços.

Nesse sentido, a melhoria da gestão pública é fun-

damental para uma administração mais transparente, íntegra e eficiente. Para isso é necessário repensar a lógica do serviço público voltando-o efetivamente ao cidadão, valorizando e fortalecendo o Estado.

A gestão Haddad investiu na modernização da gestão e implementou o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), um sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos que promove a transparência e a automatização dos fluxos de trabalho, reduzindo o uso do papel. Também **reestruturou a maioria das carreiras do funcionalismo público municipal, concedendo reajuste salarial, melhor perspectiva de desenvolvimento profissional e investimento em capacitação.** Foi retomada a realização de concursos públicos com **a entrada de mais de 16 mil servidores (as) efetivos**

- Consolidar o paradigma de governo aberto na gestão pública, garantindo a transversalidade e a integração entre iniciativas e ferramentas de transparência, participação social, integridade e inovação tecnológica.
- Garantir uma nova política salarial aos servidores (as) municipais, com a mudança da lei salarial, para que seja garantida a reposição salarial, dialogando com o funcionalismo, os sindicatos e entidades que representam a categoria.
- Garantir a transparência nas ações governamentais, observados os procedimentos de transparência ativa e passiva e o uso de uma linguagem cidadã, facilmente compreensível por diferentes públicos.
- Institucionalizar e fortalecer a política e o sistema de participação social, de modo a fornecer instrumentos para o controle social e para intervenção dos cidadãos (as) nos processos decisórios.
- Estimular a integridade pública por meio de instrumentos que visem fortalecer a gestão, prestar contas à sociedade e prevenir comportamentos antiéticos.
- Regionalizar dados e indicadores em instrumentos participativos de planejamento e orçamento (Programa de Metas, PPA, LDO, LOA e planos setoriais).
- Reduzir a dependência das tecnologias proprietárias de grandes corporações e aumentar do uso de tecnologias livres e abertas, de forma a garantir a livre distribuição, o reuso e a auditoria de dados, códigos e ferramentas.

nas áreas de Educação, Saúde e Segurança, principalmente, além da criação de novas carreiras estratégicas como os auditores de controle interno e os analistas de políticas públicas.

Os avanços se fazem sentir também na **efetiva construção de uma política municipal de participação social, com o fortalecimento dos canais e mecanismos participativos e na realização de diversas conferências municipais, bem como da expansão e empoderamento dos Conselhos Municipais.** Um importante passo foi a criação dos Conselhos Participativos, com a eleição direta de mais de 1.100 conselheiros em todas as subprefeituras.

Para seguir avançando nessa direção e para fortalecer o Estado com transparência, participação e integridade, as diretrizes para o segundo mandato são:

DIRETRIZES

- Fomentar inovações tecnológicas e sociais voltadas à promoção da cidadania, melhoria da gestão pública e desenvolvimento de processos colaborativos e abertos.
- Fortalecer políticas de descentralização administrativa, com mecanismos de prevenção e combate à corrupção, garantindo o exercício do controle social no território.
- Integrar a elaboração e a implementação das políticas públicas municipais com os processos de seleção, recrutamento, aproveitamento, capacitação e desenvolvimento de pessoal.
- Centralizar e padronizar os canais de atendimento ao cidadão, garantindo o acesso por distintos meios adequados a todos os públicos, facilitando o acesso às informações sobre os serviços públicos.
- Ampliar a participação popular nos processos de elaboração dos instrumentos de planejamento e orçamento, avançando em mecanismos de participação digital.
- Simplificar, desburocratizar e informatizar os processos envolvidos na gestão das parcerias com organizações da sociedade civil, visando ampliar a transparência, a produção de dados e a efetividade das parcerias realizadas.

MOBILIDADE URBANA E QUALIDADE DE VIDA

As ações da gestão Haddad para melhorar a mobilidade em São Paulo mudaram a forma como os cidadãos (as) se relacionam com a cidade e trouxeram diversos indicadores positivos – melhoria da qualidade do ar, menor tempo gasto no trânsito, mais rapidez nas viagens de transporte coletivo, redução de custos de transporte de mercadorias, melhoras na qualidade do transporte coletivo, redução de acidentes.

A ofensiva pela mobilidade urbana em São Paulo, que movimentou contratos **de R\$ 2,5 bilhões e gerou 35 mil empregos**, projeta-se para a próxima gestão com a **geração de 210 mil empregos e investimento de R\$ 4 bilhões**, segundo o BNDES. Essa percepção alargou a ideia de que uma cidade pode se tornar mais eficiente somente com ações humanizadoras e coletivas.

Foram criados mais de **400km de faixas exclusivas de ônibus**, aumentando a velocidade média nos horários de pico e economizando, em média, **4 horas por semana dos passageiros**. Além disso, foi implantada a **rede de linhas noturnas**, uma demanda histórica dos trabalhadores (as) da noite e dos cidadãos (as) que aproveitam a noite para o lazer e a diversão, **beneficiando 800 mil pessoas**. A frota de ônibus foi modernizada, com inclusão de **ar condicionado, WiFi e USB**.

As novas modalidades temporais do Bilhete Único (mensal, semanal e diário) ampliam o direito à cidade e barateiam o custo do transporte público para quem mais o utiliza. Já são **3,7 milhões de bilhetes** emitidos nas novas modalidades. Foi no governo Haddad que os (as) estudantes da cidade conquistaram a reivindicação his-

tórica do **passo livre, contemplando 637 mil estudantes de baixa renda**. A gratuidade para idosos (as) também foi ampliada, reduzindo a idade de 65 para 60 anos. Foi contratada, ainda, uma auditoria internacional para analisar os contratos e foi implantada uma política de transparência de informações, acabando com a caixa preta do custo do sistema de transportes.

Na área de mobilidade ativa, a gestão Haddad impulsionou como nenhuma outra o uso da bicicleta (não só como opção de lazer, mas também como veículo de transporte), com a implantação de mais de **300 km de ciclovias** segregadas – aumentando em 66% o número de usuários de ciclovias e **reduzindo em 34% as mortes de ciclistas**. Também foram reformados **1,03 milhão de metros quadrados de calçadas**, ampliando a acessibilidade e melhorando a mobilidade a pé.

A redução da velocidade nas vias **baixou em mais de 20% as mortes no trânsito, salvando cerca de 260 vidas e diminuindo cerca de 9 mil feridos** em um ano.

A reforma viária ocorrida, com a democratização do espaço viário, teve impactos também em diversos indicadores da qualidade de vida na metrópole. O investimento nos pólos ativos de mobilidade urbana têm decorrências diretas na geração de empregos e no aumento do protagonismo dos bairros.

Todas essas ações não surgiram do nada, elas partiram de um diagnóstico de urgência: oito milhões de veículos nas ruas (um carro para cada duas pessoas), 992 mortes no trânsito e cerca de cinco mil atropelamentos por ano, aumento de doenças vasculares, cardíacas,

respiratórias, estresse. Os veículos, segundo estudo da Cetesb, são responsáveis por 97% das emissões de monóxido de carbono, 77% de hidrocarbonetos e 80% de óxidos de nitrogênio. A mudança dessa ação nociva ao ambiente atende a recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS).

O governo entende que o espaço viário urbano é escasso e a priorização de meios alternativos de deslocamento é fundamental para mudar esse quadro. A eficiência do transporte coletivo, bem como para a garantia de um trajeto seguro e eficaz, estão entre as medidas prioritárias. E, entre todos, o deslocamento a pé tem prioridade sobre os demais, porque é visto não apenas

como um modo de transporte, mas como uma atividade básica do ser humano a ser plenamente assegurada.

Iniciativas como o programa **Ruas Abertas** e a abertura de novos espaços públicos na cidade, que antes eram privados – como o **Centro Esportivo Tietê** e o **Parque Chácara do Jockey** – complementam as ações feitas na mobilidade, abrindo a cidade para o usufruto dos seus cidadãos (as) e melhorando significativamente a qualidade de vida. A criação do primeiro **Parque de Esportes Radicais** da cidade, além da requalificação de **50 Centros Desportivos da Comunidade** e conjuntos esportivos, também promoveram a atividade física e a utilização de espaços públicos.

DIRETRIZES

- O PlanMob-SP 2015, referência técnica e proposta estratégica que trata do Sistema de Mobilidade Urbana para São Paulo, é a base da política orientadora municipal de mobilidade urbana.
- Aumentar a participação das viagens de ônibus e de bicicletas no deslocamento urbano.
- Melhorar a qualidade do ar reduzindo a emissão de gases de efeito estufa por meio da diminuição do uso de transporte individual na cidade.
- Reduzir os custos do transporte de mercadorias e bens e promover a intermodalidade no transporte de cargas.
- Reduzir os tempos médios de viagens.
- Priorizar a redução de vítimas do trânsito e o acalmamento do tráfego.
- Priorização da mobilidade a pé, com foco na melhoria das calçadas.
- Expandir a rede de ciclovias e sua capilaridade, integrando as diversas regiões da cidade.
- Ampliar e melhorar as informações disponíveis nos pontos de ônibus.
- Expandir as faixas exclusivas para o transporte público.
- Elaborar, em conjunto com os municípios da Região Metropolitana, um plano de logística.
- Foco na coordenação da política de transporte e circulação com o plano de desenvolvimento urbano. O desafio assumido com a proposta dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana do PDE 2014 associa o desenho da rede de transporte de média e alta capacidade com a delimitação de áreas destinadas ao adensamento de atividades de emprego e moradia. Isso pode reduzir a redução do número excessivo de viagens pendulares motorizadas no âmbito municipal no médio prazo.
- Considerar a necessidade de vinculação entre as políticas de transporte dos diversos municípios conurbados da Região Metropolitana de São Paulo, pois os maiores municípios vizinhos a São Paulo são importantes na composição das viagens metropolitanas, visto que a economia destas cidades é totalmente interdependente. A lógica de produção dessas viagens é regionalizada e os fluxos resultantes ocorrem em toda a infraestrutura viária disponível. Dessa forma, é necessário que a abordagem do plano tenha um caráter metropolitano.
- Para garantir o direito à mobilidade a pessoas com deficiência, a administração deve intensificar a ação nos calçamentos da cidade e adotar políticas que incluam a proposição de um plano Plano Municipal de Acessibilidade.

A EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA

Ao destinar um terço de seu orçamento para a educação, São Paulo evidencia em todas as ações da administração qual é o nível de prioridade do setor para a gestão Haddad. O princípio norteador foi e permanece sendo o de educar para a cidadania. O modelo de desenvolvimento que a gestão Haddad trouxe para a cidade, focado nas pessoas, promove a justiça social, a emancipação e a democracia. Em todas as áreas, a gestão seguiu o caminho da construção de uma “Cidade Educadora” voltada para o futuro, com a transversalidade de todos os setores como palavra-chave, extrapolando as fronteiras da escola e buscando se desenvolver em toda a comunidade, nos bairros e na cidade.

Desde 2013 foram realizadas ações importantes que irão marcar a história das políticas públicas na área, como o Mais Educação São Paulo, que reorganizou os ciclos no ensino fundamental e acabou com a aprovação automática; o São Paulo Integral, que possui atualmente 111 escolas em que os estudantes permanecem por mais tempo; **a expansão recorde de vagas na educação infantil, com a criação de 100 mil vagas e 400 novas creches até o final de 2016**; o projeto Uni-CEU, **que instalará universidade gratuita nos 46 CEUs,**

com mais de 11 mil matrículas realizadas em cursos que vão de Engenharia a Química, Pedagogia e Biologia; e a aprovação do Plano Municipal de Educação, válido até 2025.

A atenção ao tema suplanta o esforço puramente do ensino tradicional. **A prefeitura instalou 18 salas de cinema modernas em CEUs e centros culturais**, ampliando a possibilidade da experiência cinematográfica na cidade, e tem assegurado alimentação saudável na merenda escolar.

Para intensificar esse processo de mudança, a próxima gestão prepara uma verdadeira revolução educacional, perseguindo a sinergia entre as políticas educacionais e setores estratégicos, do desenvolvimento urbano à cultura e esporte, além do turismo e comunicação.

A gestão identifica cinco eixos indissociáveis como instrumentos de articulação de políticas: Democratização do acesso e garantia da permanência com qualidade; Qualidade social e educação integral; Gestão democrática; Intersetorialidade; e Valorização dos(as) profissionais de educação. Sua efetivação tem como foco a implementação do Plano Municipal de Educação (PME), cujas metas e estratégias podem ser antecipadas na medida do possível, como o aumento do investimento público.

• 1) DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E GARANTIA DA PERMANÊNCIA COM QUALIDADE

O eixo tem como diretriz a expansão das matrículas e condições de permanência na educação pública por meio de políticas sistemáticas. Isso se expressa nos seguintes compromissos:

- Investir na ampliação da oferta de educação infantil de 0 (zero) a 3 (três) anos na rede direta, indireta e conveniada, assegurando sua qualidade e a articulação da etapa escolar seguinte.
- Garantir na Educação de Jovens e Adultos a alfabetização, o aumento da escolarização e flexibilização de tempos e espaços com autonomia, visando a superação do analfabetismo.
- Fortalecer ações que contribuam para erradicar a evasão dos estudantes, especialmente as/os jovens.
- Continuar e aprimorar as ações voltadas para a inclusão das crianças, mulheres, idosos, juventude, pessoas com deficiência, negros, LGBTs e toda gama de diversidade que existe na cidade.
- Ampliar as oportunidades de educação para o trabalho.
- Promover o atendimento e a acessibilidade em todos os aspectos, investindo na adequação arquitetônica dos prédios, na formação dos recursos humanos, na aquisição de tecnologia assistiva (mobiliários, equipamentos e recursos), no acesso à comunicação por meio de línguas, linguagens e códigos, inclusive utilizando recursos de tecnologia da comunicação e informação e no combate a toda forma de discriminação e barreiras que impeçam o acesso, permanência e a participação plena.
- Demandar do Estado de São Paulo e da União, em regime de colaboração, o redimensionamento da oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender os 340 mil jovens que estão fora do ensino médio.

• 2) QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO INTEGRAL

- A qualidade na educação afirma-se como processo que exige investimentos financeiros de longo prazo, participação social e reconhecimento das diversidades e desigualdades culturais, sociais e políticas.
- Potencializar o programa São Paulo Integral, ampliando a oferta de educação integral na rede municipal de ensino.
- Apoiar as unidades educacionais na construção de projetos que abordem temas de relevância, tais como adolescência, drogas, sexualidade, DST/AIDS, violência, mundo do trabalho e outros.
- Priorizar a busca de soluções para melhoria da educação no Ensino Fundamental II.
- Transformar os espaços educacionais em lugares de criação e recriação da cultura, bem como criar um conjunto de ações articuladas que amplie o universo cultural de todos os estudantes.
- Modernizar e ampliar possibilidades de interatividade por meio de inovações tecnológicas como possibilidade de enriquecimento dos Projetos Político Pedagógicos e da comunicação entre segmentos e unidades.
- Garantir a implementação de políticas étnico-raciais, educação de gênero, educação em direitos humanos contra qualquer forma de discriminação.
- Garantir a formação dos profissionais da educação para as relações étnico-raciais e as questões de sexualidade, gênero e condições físicas, intelectuais e sensoriais.
- Avançar na implementação de projetos voltados à superação de dificuldades de aprendizado garantindo a avaliação processual e contínua (externa e interna).
- Fortalecer os serviços ofertados pelo Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI) e do Núcleo de Apoio e Acompanhamento Para a Aprendizagem (NAAPA).
- Ampliar as possibilidades dos saberes, incluindo no currículo escolar disciplinas como música, história da África, espanhol e Libras.
- Oferecer alimentação saudável nas escolas para garantir o rendimento, o desenvolvimento e a necessária educação visando a formação de bons hábitos alimentares aos nossos alunos, com foco no desenvolvimento sustentável.

• 3) GESTÃO DEMOCRÁTICA

O eixo de Gestão Democrática tem como perspectiva aprofundar os processos democráticos de tomada de decisão no cotidiano escolar, contribuindo para a construção e qualificação das políticas educacionais.

- Fomentar a participação dos pais e responsáveis, dos estudantes, da comunidade e dos profissionais da Educação, aperfeiçoando as instâncias de participação: CRECE, Conselhos de Escolas, Conselhos Gestores, Fórum Municipal de Educação, Conferência Municipal de Educação, Fórum Municipal do MOVA-SP, entre outras.
- Promover a criação de Indicadores de Qualidade do Ensino Fundamental e Médio Paulistano que atendam às especificidades da Rede Pública Municipal e considerem o processo educativo em todas as suas dimensões.
- Elaborar coletivamente o projeto político-pedagógico das escolas, consolidando as unidades educacionais como espaços inclusivos e valorizando o protagonismo e autoria de crianças, jovens, familiares, docentes e equipes gestoras.
- Desenvolver uma política de superação e resolução dos conflitos e violências nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino.
- Incentivar e fortalecer a organização livre dos estudantes
- Garantir a implementação do Plano Municipal de Educação (PME).

• 4) INTERSETORIALIDADE

A educação vai para além da sala de aula e da escola, se relacionando com os bairros, os demais serviços públicos e ações da sociedade civil neles presentes. O eixo de intersectorialidade articula as diversas políticas públicas nos territórios:

- Valorizar os CEUs como um pólo de articulação e de acesso às políticas públicas nos bairros, integrando serviços de educação, cultura, esporte, lazer, assistência social, promoção da saúde e dos direitos humanos, entre outros.
- Elaborar programas intersectoriais visando a permanência dos estudantes e a elaboração de políticas de apoio ao estudante.
- Criar condições para maior articulação entre as políticas de educação, cultura, trabalho, emprego e renda, bem como a construção da rede de proteção social para incidir na qualidade de vida dos grupos discriminados e combater a violência racial e de gênero.
- Articular a elaboração de uma política de superação da violência inclusive com o uso de novas tecnologias visando garantir a segurança dentro e no entorno das escolas.

• 5) VALORIZAÇÃO DOS (AS) PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

Este eixo compreende que a luta pela melhoria da qualidade da educação pública passa necessariamente pela valorização dos educadores e se consolida por meio da oferta de infraestrutura adequada nos espaços educativos, da vivência pautada nos princípios da gestão democrática, por meio da melhoria das condições de trabalho, da carreira e da remuneração, da promoção permanente da saúde dos educadores e da formação continuada dos seus profissionais.

- Implementar e garantir, durante a gestão, na Rede Municipal de Educação, o máximo de dois terços da carga horária para desempenho das atividades de interação com os educandos, dando plena efetivação ao disposto no parágrafo 4º do artigo 2 da Lei Federal 11.738/2008, nos termos dos pareceres no 9º e seu anexo 1, número 18 da Câmara de Educação Básica do CNE/CEB, homologado pelo Ministério da Educação, para todas as jornadas do magistério público.
- Garantir a manutenção da política de valorização dos profissionais da educação.
- Investimento na saúde dos profissionais da Educação.
- Ofertar melhores condições de trabalho promovendo acesso a recursos tecnológicos inovadores, bem como o compartilhamento de experiências pedagógicas.
- A próxima gestão do governo Haddad envidará esforços para que a jornada de trabalho dos (as) educadores (as) dos Centros de Educação Infantil (CEIs) indiretos e conveniados sejam semelhantes às dos CEIs diretos da Rede Municipal de Educação (RME).
- Fomentar a oferta de ensino superior, especialização, mestrado e doutorado aos profissionais da educação.
- Garantir política municipal de formação continuada aos profissionais da educação da rede direta e conveniada.

CONSTRUINDO UMA CULTURA DE CIDADE

Num balanço preliminar de conquistas ao longo desses últimos quatro anos de implementação de novas políticas públicas pela Secretaria Municipal de Cultura (SMC), há que se celebrar a implantação de programas, projetos e ações que contemplam a reivindicação de novos direitos por parte de muitos segmentos culturais da cidade. Dentre as iniciativas da SMC, caberia citar o Plano Municipal de Cultura, o Conselho Municipal de Cultura e o Fundo Municipal de Cultura, os editais de novos programas de fomento e de prêmios e bolsas para iniciativas jovens, entre outras.

O diagnóstico do Programa de Governo Haddad Prefeito 2012-2016 em relação à Cultura foi constituído por 8 (oito) eixos principais. Além deles, a gestão da Secretaria Municipal de Cultura avançou em muitas ações que não constavam no programa de governo original, principalmente no eixo Políticas de Difusão e Acesso, que, pelos dados disponíveis, ampliou muito as ações de recuperação e remodelação de equipamentos culturais. Os esforços devem visar agora instalação de equipamentos culturais em todos os 96 distritos do município e a instalação de Núcleo de Cultura nas 32 Subprefeituras.

Entre os objetivos alcançados, a gestão definiu um calendário anual de programação cultural que incluiu uma Virada Cultural no centro, duas descentralizadas e outros pequenos e médios eventos em diferentes temáticas e regiões da cidade. Além disso, conseguiu a aprovação do Fundo Municipal de Cultura, ainda não implementado, e realizou **mais de 160 projetos de fomento**

às linguagens artísticas (teatro, dança, música, circo, cultura digital) e 500 projetos apoiados pelo Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI).

O Programa de Fomento ao Teatro e o Prêmio Zé Renato tiveram 60% de aumento na média de investimento em relação aos três primeiros anos da gestão anterior, com investimento de aproximadamente R\$ 60 milhões. Já a Dança teve um aumento de 126% em relação ao mesmo período, com investimento de R\$ 35 milhões.

A 3ª Conferência Municipal de Cultura, realizada em agosto de 2013, teve participação social com o maior número de representantes relacionados a culturas populares, tradicionais, negras e periféricas. A gestão efetivou 55% das propostas surgidas no encontro.

Destacam-se, entre as realizações, que foi criada na gestão uma instituição de fomento e exibição de filmes, a SPCine, embrião que já conta com salas de cinema e caminha para se tornar o maior circuito de cinema público do mundo. Detalhe: com ingressos gratuitos, democratizando a experiência cinematográfica para públicos que não têm acesso aos cinemas dos shoppings.

Um dos maiores símbolos do cinema de São Paulo, o Cine Belas Artes, espaço de afeição de todos os paulistanos, que tinha sido desativado, foi recuperado e hoje voltou ao centro da movimentação cinéfila da Capital.

Outra importante ação foi a valorização dos artistas e dos movimentos e espaços culturais, com a regulamentação da Lei dos Artistas de Rua, sancionada pelo prefeito Haddad; a isenção de IPTU para teatros de rua, também por meio de lei, e a recente sanção

da Lei de Fomento à Periferia; o registro de 22 teatros independentes como patrimônio imaterial.

São Paulo avançou nestes últimos quatro anos como metrópole das liberdades coletivas e individuais, do combate ao machismo e xenofobia, da liberdade de comportamento, reduzindo toda repressão institu-

- **Aumento significativo do orçamento para a Cultura:** Alcançar e tentar superar a meta historicamente reivindicada pelos artistas, produtores culturais e fazedores de cultura da capital para a área.
- **Cultura é desenvolvimento:** reconhecimento efetivo da cultura como agenda estratégica e indispensável ao desenvolvimento econômico, social e sustentável da cidade de São Paulo. Os agentes e grupos culturais e a política cultural são forças primordiais de transformação positiva da cidade de São Paulo.
- **Novo modelo de financiamento da política cultural:** Criação de um Fundo Patrimonial (*Endowment Fund*), em conjunto com educação, saúde e esporte, carregando para a cultura recursos advindos de doações de pessoas físicas.
- **Identidades e diversidade cultural: pares da formação de São Paulo.** Por seu próprio processo de formação histórica, a cidade de São Paulo tem a diversidade como marca de sua sociedade e sua cultura. Reconhecimento da diversidade cultural como o principal patrimônio e legado da cidade de São Paulo e a afirmação de uma cultura do respeito e de encontros e trocas acolhedoras entre as diversidades e identidades étnicas, raciais, religiosas, nacionais, de gênero, de orientação sexual, de idade, de territórios etc., assim como o veemente enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e ódio. São Paulo como cidade cosmopolita, diversa e acolhedora. Para o próximo mandato, além de valorizar esta rica diversidade marcante na cidade, é preciso ir além e enfrentar e erradicar preconceitos e culturas de ódio. Para os próximos quatro anos, é preciso aprofundar a valorização da diversidade e o combate à intolerância, reconhecendo os plenos direitos da juventude pobre e majoritariamente negra, de migrantes, imigrantes, povos indígenas urbanos e tantos outros grupos sociais e culturais fundamentais da cidade. Suas expressões artísticas e culturais devem ter ainda mais apoio. A gestão Haddad vai seguir fortalecendo a experiência de democracia: a convivência cultural, religiosa e ideológica é um pilar da gestão para os próximos quatro anos e a política cultural da cidade irá atuar ainda mais neste campo.

cionalizada ou cultural contra a liberdade de expressão e de ocupação das ruas. As políticas culturais da cidade valorizaram estas expressões de forma intensa em todos os bairros: das feiras e festas à explosão do Carnaval de Rua (que movimentou na cidade R\$ 400 milhões, 37,5% a mais do que o Sambódromo).

DIRETRIZES

- **Afirmação dos direitos culturais:** Democratização das oportunidades de acesso a bens e serviços culturais de qualidade e de livre manifestação cultural para toda a população de São Paulo; zelar pela aplicabilidade da Lei de Diretrizes de Base (LDB), de forma a assegurar que 340 mil jovens em idade escolar e que estão fora do ensino médio na Capital tenham direito ao acesso e à Cultura.
- **Transversalidade e intersetorialidade da Cultura:** Intensificação das sinergias entre as políticas de cultura e agendas estratégicas, especialmente o tripé indissociável formado por educação, esporte e cultura, junção preponderante para promover uma revolução cultural do ensino. Buscar também a interseção com a comunicação, direitos humanos, turismo e desenvolvimento urbano.
- **Cultura democrática, participativa e solidária:** Intensificação dos mecanismos e práticas de participação social, transparência e *accountability* e intensificação de uso de critérios republicanos na formulação e implementação das políticas públicas, assim como o estímulo a práticas colaborativas e de economia solidária nas atividades culturais e artísticas.
- **Experimentação, inovação e excelência:** São Paulo como centro de experimentação, inovação e excelência na produção cultural e referência artística nacional e mundial.
- **Fortalecimento da economia da cultura:** A gestão Haddad adotou algumas das mais inovadoras políticas para a economia cultural. São Paulo é um polo econômico e cultural da América Latina, e como toda grande metrópole, pode continuar fortalecendo os hábitos culturais da população e trazendo altos benefícios sociais e econômicos para a cidade, distribuindo renda, trabalho e oportunidades para os que fazem arte e cultura. É decisivo que as políticas públicas ampliem e diversifiquem a economia desse setor, profissionalizem as relações de trabalho e criem condições para que artistas, realizadores e fazedores de cultura possam viver do seu trabalho. Para isso, é preciso apoiar pólos de formação e inovação, eventos de articulação e exportação da cultura, criar incentivos para que São Paulo se consolide como porta de entrada e saída da diversidade cultural brasileira, que é vocação de São Paulo em relação ao Brasil e ao mundo.

CIDADE SAUDÁVEL E ACOLHEDORA

Conduzir a política de Saúde na cidade de São Paulo é enfrentar o desafio de ser a maior cidade do mundo que tem como compromisso buscar oferecer um sistema público universal gratuito e com qualidade. A política de saúde, no entanto, não pode ser entendida apenas como a cura das doenças, mas também como as ações de promoção e prevenção, que são fundamentais para que as pessoas tenham uma saúde melhor. A gestão Haddad entende que a área de promoção e prevenção é fundamental para a qualidade de vida da população e parte essencial da política de saúde.

Haddad introduziu o **consumo de alimentos orgânicos na merenda escolar** e incentivou a **compra de alimentos da agricultura familiar**, melhorando a qualidade do alimento servido nas escolas. O novo Plano Diretor e a Lei de Zoneamento ampliaram a garantia de **áreas verdes na cidade**. Foram criados parques esportivos, como o **Parque de Esportes Radicais**, o **Parque Municipal Chácara do Jockey** e o **Centro Esportivo Tietê**, incentivando a prática de atividades físicas em espaços que eram privados e foram tornados públicos. A implantação de **ciclovias e as melhorias nas calçadas** também provocam melhorias na saúde da população, pois incentivam que os deslocamentos cotidianos sejam feitos de maneira ativa e com redução de poluentes atmosféricos. Todas essas medidas promovem uma vida mais saudável e fazem com que as pessoas tenham uma vida menos sedentária, ajudando a prevenir uma série de doenças crônicas.

Ao reduzir as velocidades das vias, a Prefeitura reduz o número de mortes, as necessidades de internações hos-

pitalares e incentiva a mobilidade ativa. Os acidentes de trânsito são uma das principais causas de morte nas grandes cidades. No Brasil, a cada 100 mil habitantes, 23,4 pessoas morrem por acidentes de trânsito. No estado de São Paulo, esse número é de 17,4 e, na região metropolitana, é de 19,4. **Em 2012, 10,79 pessoas a cada 100 mil habitantes morriam por acidentes de trânsito. Com as diversas ações de melhoria dos transportes, mas sobretudo com a redução de velocidade nas vias, esse número caiu, em dezembro de 2015, para 8,26.** Isso tem impacto imediato no sistema de saúde. Com a redução de velocidade nas vias, tivemos uma redução de 1.561 pessoas internadas por acidentes de trânsito, gerando uma economia de 1,9 milhão de reais. **Ao todo, são 9 mil feridos a menos por ano no trânsito de São Paulo, se comparado a 2013.** O tempo de permanência em internação também diminuiu e, em relação a 2014, tivemos 9.052 dias de internação por acidentes de trânsito a menos em 2015, o que representa **quase 25 leitos a mais por ano completamente livres. É como se, ao final de um mandato, tivéssemos construído mais um novo hospital de 100 leitos.**

O fortalecimento da **Atenção Básica** é fundamental para uma política de saúde mais eficiente, pois evita o desenvolvimento e o agravamento da maioria das doenças. O atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) é uma prioridade para o governo Haddad e, por isso, tivemos aumento de 1 milhão de consultas por ano na Atenção Básica, em comparação com 2012, e uma **diminuição no tempo de espera para atendimento, de 33 para 17 dias.** A Atenção Básica na cidade de São Paulo também é mais

resolutiva: em 2012, a cada 100 consultas na Atenção Básica, 24,5 eram encaminhadas a especialistas, enquanto que, em 2016, chegamos a apenas 12,6.

Outro grande desafio era aumentar a oferta de exames e cirurgias e, com isso, reduzir o tempo de espera para a população. Com Haddad, São Paulo passou a ter a **Rede Hora Certa**, com Hospitais Dia mais próximos da periferia da cidade e com conforto e tecnologia no agendamento e confirmação do atendimento. Os Hospitais Hora Certa já fazem as filas andarem na cidade. **Em 2016, estamos com um aumento de mais de 830 mil consultas/ano, comparado a 2012. Em relação a exames, tivemos um aumento de 500 mil consultas/ano na comparação de 2015 com 2012. Em 2016, já aumentamos em 53% as cirurgias de catarata, 192% as cirurgias de varizes e 50% as cirurgias pediátricas, comparadas com 2012, o que garantirá atendermos toda a demanda atual.** A Rede Hora Certa é uma conquista da população que representa o aumento da oferta de serviços e a redução do tempo de espera. Além disso, essa ação, que foi uma promessa da campanha do Prefeito Haddad, tem um impacto positivo na rede de saúde como um todo, pois as unidades da Rede Hora Certa desoneram os grandes hospitais de procedimentos mais simples, como as cirurgias eletivas, poupando leitos de hospitais gerais, e permitem que as estruturas hospitalares atendam casos mais complexos e graves de maneira mais adequada e eficiente. A soma de todas essas unidades já entregues da Rede Hora Certa equivale a um grande novo hospital geral, com a vantagem de estar distribuído pelo território e, portanto, mais perto de quem precisa.

Todos esses investimentos na Atenção Básica e na Prevenção e Promoção à Saúde partem de uma concepção de que é necessário promover uma **mudança no modelo de cuidado da população de São Paulo**. Com Haddad, a maioria da população passou a ter cuidado continuado à saúde, com seu médico e sua equipe de saúde, incentivando o protagonismo do cidadão no seu próprio cuidado e fortalecendo ações de prevenção e promoção da saúde. É necessário darmos seguimento a esse projeto nos próximos quatro anos, aprofundando e consolidando a política de saúde no município de São Paulo.

Para isso, é necessário **investir na qualidade do atendimento e no acolhimento do usuário** do serviço de saúde. Nesta gestão, demos alguns passos importantes com a

criação do programa **Jovem SUS** e com a introdução de tecnologia na melhoria do atendimento, com o desenvolvimento do aplicativo **Aqui Tem Remédio** e a inclusão do **prontuário eletrônico** em diversas unidades.

O governo Haddad retomou a construção de novos hospitais na cidade, priorizando as periferias, que são as regiões mais carentes de leitos e atendimento especializados. Dois deles, o **Hospital da Brasilândia e o Hospital de Parelheiros**, que são demandas históricas da população, estão sendo construídos em ritmo acelerado. Haddad já entregou o **Hospital Gilson de Carvalho**, na Vila Santa Catarina, que foi totalmente comprado, reformado e equipado. Apenas esses 3 hospitais já totalizam cerca de 750 novos leitos para a cidade. Somados aos 250 leitos reativados na Autarquia Municipal e no Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM), chegamos a 1000 novos leitos. Mas, para além disso, essa gestão iniciou o processo de reconstrução do Hospital Alexandre Zaio, na Vila Nhocuné, e de reabertura do Hospital Sorocabana, que era do governo estadual.

Além do aumento de leitos, as maiores urgências dos hospitais municipais, que estão no Hospital do Campo Limpo, Hospital do Jabaquara, Hospital de Ermelino Matarazzo e Hospital do Tatuapé, implantaram importantes medidas da política de humanização, acabando com as macas nos corredores e adotando a visita aberta na área de internação. Também foram implantados os núcleos internos de regulação e ferramentas de gestão dos leitos, reduzindo o tempo de permanência desnecessária de pacientes nos hospitais.

Ainda na área da **Urgência e Emergência**, o Governo Haddad implementou uma **importante ação para a cidade, que foi trazer as UPAs** (Unidades de Pronto-Atendimento) para São Paulo. A cidade, até então, não contava com nenhum equipamento deste tipo, pois não tinha aderido ao programa federal, abrindo mão de importantes recursos. **A gestão Haddad já entregou 2 novas UPAs, tem mais 19 UPAs em obra ou reforma para entregar e mais 4 UPAs a serem licitadas. Além disso, foram construídas 7 novas UBS, 6 UBS foram instaladas em imóveis alugados ou instalações provisórias, 16 UBS estão em obras e devem ser entregues até o final da gestão e mais 28 estão em fase de licitação, totalizando 57 UBS a mais na rede.**

Na área da gestão das políticas públicas de saúde, o governo Haddad tomou importantes atitudes de fortale-

lecimento do controle público sobre as parcerias com as Organizações Sociais (OS). A primeira delas foi territorializar a atuação das OS, porque havia casos em que um mesmo território estava sendo atendido por várias OS distintas e que, obviamente, não conseguiam se organizar entre si e fazer uma boa gestão de recursos humanos. Para enfrentar esse problema, a cidade foi dividida em 23 territórios, com critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, em função dos equipamentos e das especificidades e, pela primeira vez, foi feito um chamamento público, trazendo mais transparência ao processo. Além disso, os contratos de gestão foram todos revistos, introduzindo a remuneração por equipe mínima. Agora, além do cumprimento das metas quantitativas e metas qualitativas estipuladas, independente da demanda, é necessário manter uma equipe mínima, sob pena de ter descontos expressivos nas contrapartidas fornecidas pelo município. Isso significou uma melhoria na qualidade do atendimento, com a redução da falta de equipe. Outra ação importante desta gestão no fortalecimento da gestão pública foi a valorização dos trabalhadores de saúde. Reestruturamos o **plano de carreira** da área de saúde, possibilitando que a Prefeitura contrate mais médicos para a rede.

Nestes quatro anos, a gestão Haddad também vem reorganizando o SUS para respeitar e celebrar a diversidade, oferecendo cuidado e acolhimento a diversos públicos vulneráveis ou sub-representados. Em relação à população LGBT, por exemplo, a Prefeitura de São Paulo oferece o serviço de hormonoterapia com acompanhamento de diversos profissionais de saúde, garantindo o direito dessa população.

Um dos grandes destaques foi a atuação na área da **saúde mental**. Além dos novos Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e do esforço empreendido pelo município para a retirada dos pacientes psiquiátricos de manicômios e transferência para serviços mais adequados, São Paulo é responsável por um programa inovador no tratamento de pacientes de drogadição, sob a perspectiva de redução de danos. O programa **De Braços Abertos** uniu esforços das áreas de saúde, assistência social, habitação, segurança e trabalho, visando a redução de danos pelo uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas e representando a qualificação dos serviços destinados às pessoas em situação de vulnerabilidade em decorrência da dependência química. Objetivando o resgate da cidadania e da digni-

dade dos indivíduos, resultou em conquistas, não só para os usuários inseridos no programa, como para familiares e para a cidade como um todo. Foram detectadas melhorias urbanas no entorno das áreas de consumo, reinserção familiar e social por intermédio de atividades culturais, educativas e esportivas, redução do consumo e uso abusivo de drogas, proporcionando nova perspectiva de vida aos usuários e apresentado resultados excelentes e duradouros em comparação a outros programas e ações voltados para a população usuária de drogas.

Em relação aos serviços que envolvem os idosos, a gestão Haddad inaugurou, na área de assistência, um novo modelo de convívio para a média complexidade, os Centros Dia, com **8 unidades entregues destinadas a proporcionar acolhimento, proteção e convivência a idosos semidependentes, cujas famílias não tenham condições de prover** estes cuidados durante o dia. Ademais, houve a ampliação dos serviços já existentes para idosos com menor comprometimento, como os Núcleos de Convivência para Idosos (3 novas unidades) e o aumento do número de vagas para Instituições de Longa Permanência de Idosos. No campo da saúde, a população idosa terá 9 novas Unidades de Referência da Saúde do Idoso (URSI). Além disso, o Programa de Acompanhamento ao Idoso (PAI), muito bem avaliado pela população, chegou a 40 equipes distribuídas por toda a cidade, garantindo que toda supervisão de saúde na periferia tenha pelo menos uma equipe.

No que tange às pessoas com deficiência, o avanço também foi significativo na área de assistência, na medida em que foram entregues 14 Residências Inclusivas, organizado em pequenos grupos de pessoas por equipamento, cuja acolhida e convivência promovem o desenvolvimento de capacidades adaptativas à vida diária, autonomia e participação social. Na área da saúde, foram criados 3 novos Centros Especializados em Reabilitação (CER). Além disso, o município está assumindo a administração e o financiamento de duas unidades que eram da AACD, abrindo 2 Novos CERs. Por fim, o BPC Escola foi ampliado por meio da articulação das políticas de educação, saúde, assistência social e direitos humanos.

Em relação à saúde da mulher, foram dados importantes passos em relação à humanização do parto e ao cuidado da mulher gestante, tendo sido abertos novos Centros de Parto Normal (CPN) em todos os novos hospitais

construídos, foi feito, pela primeira vez no município, um concurso público para obstetrias e assinado um convênio entre o SUS municipal e a Casa Angela, uma casa de parto normal. **Atualmente, cerca de 98% dos partos na rede municipal têm o acompanhante escolhido pela gestante** e conseguimos reduzir o número de episiotomia e aumentar o número de partos realizados pela enfermagem.

Em relação à população imigrante, uma população cada vez mais significativa em nossa cidade, o município assumiu a responsabilidade de garantia de direito a todos, facilitando a comunicação dos equipamentos de saúde com material educativo traduzido para cinco idiomas, ambientação das unidades, criação de uma rede de tradutores e incorporando imigrantes no programa Jovem SUS e como Agentes Comunitários de Saúde. Além disso, na assistência, **foram criados cinco Centros de Acolhida específicos para imigrantes**, em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, responsável pelo Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (CRAI).

No que se refere às políticas específicas da Assistência Social, a atual gestão fez avanços significativos, tanto no âmbito da expansão dos serviços já existentes quanto na criação de novas modalidades, sem deixar de investir na qualificação dos serviços ofertados à população em situação de vulnerabilidade e risco social.

Neste contexto, pode-se destacar: a) o aumento no número de cadastramento no **CadÚnico**, com ampliação de 572 mil em janeiro de 2013 para 1.061.929 cadastros em janeiro de 2015, dos quais 383.620 são beneficiários do **Bolsa Família**; b) a expansão dos Centros de Referência da Assistência Social (**CRAS**) com 5 novas unidades, ampliando o acesso da população às políticas da rede; c) 3 novos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (**CREAS**); d) 2 Restaurantes Comunitários; e) 7 Serviços de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Víctima de Violência (SPVV); f) 2 Espaços de Convivência para Crianças e Adolescentes Víctimas de Violência (ECCA), tendo sido este último serviço reordenado para não ser mais exclusivo das situações de violência, integrando-o às outras crianças e adolescentes atendidos na Proteção Social Básica no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); g) a implantação do **Agente SUAS** para melhorar a qualidade do atendimento, qualificando pessoas para atuar nos CRAS e CREAS, realizando atividades de acolhimento e orientação às famílias

sobre os procedimentos e serviços.

Com relação à **população em situação de rua**, foram criados, além dos 3 novos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros Pop), 22 Centros de Acolhida, tendo sido inaugurados novos tipos de acolhimento a partir das necessidades identificadas na rede socioassistencial. Além dessa ampliação nos serviços de acolhimento, a gestão Haddad inovou ao criar novas modalidades de acolhimento, voltadas a públicos específicos que acabavam sendo excluídos dos serviços de acolhimento tradicionais. Neste sentido, o **Centro de Acolhida LGBT** foi o primeiro do Brasil a visar o acolhimento do público LGBT em situação de rua, com oferta de atendimento especializado por psicólogos e assistentes sociais, além de viabilizar o acesso aos programas de transferência de renda, trabalho, documentação e ações do Programa Transcidadania. Essa diversificação da rede contou ainda com a criação de novas modalidades de acolhimento para o atendimento de famílias, como a ampliação do **Família em Foco** em 2 unidades, para acolhimento provisório de grupo familiar em situação de rua que já tem renda, mas ainda distantes da autonomia plena, e do **Autonomia em Foco** em 4 novas unidades, para famílias ou pessoas sozinhas em situação de rua que já têm renda e estão próximas da autonomia plena. Além disso, o PRONATEC, programa federal que busca ampliar as oportunidades de cursos de educação profissional e tecnológica, contou também com a criação de uma nova modalidade em âmbito municipal: o **PRONATEC/Pop Rua**, exclusivo para pessoas em situação de rua.

Foram também criadas novas formas de acolhimento de crianças e adolescentes, estruturadas em parceria com o Judiciário. Com relação aos Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes (SAICAS), houve relevante qualificação com ampliação da capacidade de atendimento. A **Casa Lar**, por sua vez, tem como foco o atendimento a grupos de irmãos destituídos de suas famílias, mantendo o vínculo familiar entre eles. Por fim, foi criada a **Família Acolhedora**, que tem por objetivo selecionar tecnicamente residências familiares que se propõem a acolher crianças que ainda possuem vínculos familiares, de modo a prover cuidado mais individualizado em situações transitórias de distanciamento da família original. Também pode-se ressaltar a ação de priorização do atendimento de crianças de 0 a 3 anos em situação de

extrema pobreza nas creches da rede municipal, iniciativa conjunta com a educação e o **São Paulo Carinhosa**.

A transformação dos Centros de Juventude (CJ) em Centros de Desenvolvimento Social e Produtivo (CE-DESP), propiciando o desenvolvimento da autonomia, do protagonismo social e da formação cidadã e contri-

buindo para o reconhecimento do trabalho e da formação profissional como um direito. A elaboração do **Atlas Socioassistencial** foi importante para mapear os serviços atualmente disponíveis, além de ter possibilitado o diagnóstico socioassistencial por região da cidade, permitindo a visualização clara da atual rede.

DIRETRIZES

- Estabelecer a participação e controle social como método de governo, fortalecendo os Conselhos e as Conferências de Saúde como espaços estratégicos de gestão participativa, e seu caráter democrático, paritário e deliberativo, com respeito à autonomia das entidades e movimentos e garantia da sua ampla participação na formulação, acompanhamento e controle das políticas de saúde do município.
- Garantia da saúde do trabalhador da rede municipal
- Estabelecer como eixos organizadores dos serviços e das ações de saúde: a Promoção e Prevenção, a Vigilância à Saúde e a Atenção Básica.
- Articular as ações de Vigilância em Saúde às ações de assistência à saúde, de modo a promover uma melhor gestão dos recursos e maior qualificação das ações de saúde.
- Ampliar a utilização da rede municipal de saúde como Rede-Escola, uma rede de formação dos estudantes de cursos da área da saúde, com ênfase no atendimento do SUS, e formação permanente dos profissionais de saúde da rede.
- Dar prioridade para ações de proteção à criança e o adolescente, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, com dotação orçamentária especial para o setor.
- Ampliar a utilização de tecnologias e aplicativos para melhorar a qualidade do atendimento.
- Priorizar as ações de proteção integral à pessoa idosa beneficiária do BPC, por meio de políticas públicas intersetoriais.
- Estabelecer um Programa de acolhimento e humanização em toda a rede de saúde, ampliando medidas já adotadas, como o Jovem SUS, Visita Aberta nos hospitais e uso de tecnologia para interação direta com o usuário, sobretudo no agendamento de consultas e no tratamento continuado de pacientes crônicos.
- Ampliar e consolidar o fortalecimento da Atenção Básica, ampliando o acesso a UBS, equipes de saúde da família e seus núcleos de apoio, modalidades específicas como consultórios de rua, unidades itinerantes e acesso à saúde em áreas de ocupação.
- Promover mais saúde na cidade, ampliando ações intersetoriais de promoção à vida saudável e prevenção de doenças, principalmente em relação à mobilidade urbana, alimentação saudável, prevenção da violência urbana e doméstica, uso dos espaços públicos, culturais e esportivos para estimular a prática de atividades físicas.
- Assumir o compromisso de enfrentamento do subfinanciamento do SUS, buscando novas fontes de recursos – taxando os mais ricos – e garantindo os percentuais atuais de investimento municipal na saúde pública do município, mesmo na hipótese de aprovação da PEC 143/2015 ou da PEC 241/2016, que tramitam no Congresso Nacional.
- Ampliar a política de redução de danos relativa ao uso de drogas, expandindo o Programa De Braços Abertos para outras regiões da cidade.
- Priorizar ações voltadas à população idosa, valorizando a abordagem multidisciplinar nos serviços, com ênfase na promoção da saúde, prevenção de agravos e garantia de direitos, buscando sua autonomia, mobilidade e bem viver.

- Promover a luta antimanicomial, garantindo uma rede de atenção psicossocial para adultos e crianças por meio de serviços como Saúde da Família, Consultórios de Rua, Centros de Atenção Psicossocial, Centros de Convivência e Cooperativas, Residências Terapêuticas, leitos de curta duração em hospitais gerais, entre outros.
- Respeito aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres sobre sua saúde, seu corpo e sua vida, visando a redução da violência sexual e doméstica, diminuição da mortalidade materna, planejamento reprodutivo, parto normal e humanizado, com direito a acompanhante, atendimento humanizado em situação de aborto e o respeito às especificidades das mulheres jovens, lésbicas, negras, do campo, indígenas, com deficiência e patologias.
- Priorizar as ações de proteção integral a crianças de 0 a 6 anos (primeira infância) das famílias beneficiárias do Bolsa Família por meio de políticas públicas intersetoriais.
- Qualificar o atendimento sócio assistencial nas unidades de administração direta, com qualificação de pessoal, melhoria da qualidade do atendimento e informatização.
- Promover políticas voltadas para a população adolescente e juvenil, em áreas de maior vulnerabilidade, incentivando o protagonismo juvenil, com vistas aos cuidados de saúde, redução da gravidez na adolescência e redução do uso do álcool, drogas e tabagismo.
- Assim como feito pela Rede Hora Certa nas cirurgias pediátricas, de catarata e varizes, estabelecer metas ousadas de redução do tempo de espera para consultas, exames e cirurgias em geral.
- Aprofundar a democratização das relações de trabalho na saúde, com mesas de negociação permanente, mecanismos de desprecarização do trabalho, valorização e qualificação dos trabalhadores do SUS (assim considerados todos os trabalhadores da rede pública de saúde do município, sejam da administração direta ou indireta, de entidades ou Organizações Sociais), com concursos públicos, planos de cargos, carreiras e salários e formação permanente.
- Fortalecimento da capacidade de gestão da Secretaria Municipal de Saúde
- Ampliar a diversidade no SUS, garantindo o acesso e o atendimento adequado à população negra, povos indígenas, quilombolas, ciganos e imigrantes, povos ribeirinhos, camponeses e caiçaras, assentados, acampados e moradores de ocupações urbanas, população em situação de rua, jovens, população LGBT, portadores de doenças raras, pessoas com deficiência e outras populações em situação de vulnerabilidade, respeitando suas diferentes culturas e enfrentando o racismo, o machismo e todo e qualquer mecanismo de intolerância e discriminação.
- Concluir e ampliar o plano de obras que leva mais hospitais, UBS, Rede Hora Certa, CAPS, CER e UPAs para a periferia.
- Fortalecimento do controle público e social sobre as Organizações Sociais e entidades conveniadas e da transparência relativa aos contratos de gestão e convênios, a partir de chamamentos públicos, capacitação dos gestores que acompanham os contratos, aperfeiçoamento de indicadores que garantam a qualidade do serviço e fortalecimento das instâncias de controle social no acompanhamento de contratos.
- Fortalecer as ações intersetoriais, criando serviços conjuntos e integrando serviços e programas já existentes nas políticas públicas.
- Investir na Política Municipal de Saúde Bucal, com o acompanhamento e aprimoramento de indicadores, ampliação de equipes e serviços e implantação de tecnologia.
- Estruturar redes de cuidado, com base nas regiões de saúde, buscando a integralidade das ações e a integração intra e intermunicipal.
- Adotar alternativas organizacionais da administração pública indireta como mais um caminho para consolidar a gestão pública da saúde do município, assegurando que tais alternativas sejam de natureza pública e 100% SUS, reduzindo progressivamente a dependência e a terceirização da gestão para as Organizações Sociais (OS).
- Ampliação do acesso aos serviços públicos de saúde e combate à violência institucional e quaisquer mecanismos de discriminação.

CIDADE INCLUSIVA, IGUALITÁRIA, DIVERSA, CIDADÃ E GARANTIDORA DE DIREITOS

Nos últimos quatro anos, São Paulo tornou-se uma cidade mais humana. Uma das marcas dessa gestão foi a **implementação de uma agenda de direitos ousada e inovadora**, que reflete uma nova perspectiva urbana baseada no respeito à diversidade e afirmação das identidades étnicas, raciais, religiosas, nacionais, de gênero, de orientação sexual, de idade, de territórios, etc. Assim como o veemente enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e ódio e a defesa do sentimento de pertencimento à cidade enquanto espaço de exercício da cidadania e celebração da diversidade.

São Paulo é uma cidade cosmopolita, composta por diversas etnias, identidades e comunidades. Mas com a criação das Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), de Políticas para as Mulheres (SMPM) e de Igualdade Racial (SMPIR), a Prefeitura passou a dispor de um **espaço institucional fortalecido para desenvolver a articulação transversal e o diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais**. Com isso foi possível avançar nas políticas públicas de promoção e defesa dos Direitos Humanos, priorizando a inclusão, a proteção e o empoderamento de grupos vulneráveis e sub-representados.

É graças a esse compromisso que **políticas direcionadas a mulheres, negros, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, juventude, idosos, população em situação de rua, população LGBT e migrantes passaram a ser seriamente implementadas em São Paulo**.

○ primeiro mandato de **Fernando Haddad ousou ao**

tratar de temas como a promoção do trabalho decente, direito à memória e à verdade, políticas sobre drogas, educação em Direitos Humanos, participação social e economia solidária de forma incisiva e corajosa. Muitos destes temas sequer existiam como políticas públicas locais em São Paulo e estão, pela primeira vez, recebendo apoio político e administrativo por parte do Poder Executivo Municipal.

Ações como o Transcidadania, a política de cotas raciais no serviço público, a paridade de gênero nos Conselhos Municipais, o Programa de Braços Abertos, a política municipal de imigrantes, a Universidade Aberta da Pessoa Idosa, a criação da Comissão da Memória, dentre outras, demonstram os avanços nessa área na cidade. Além disso, muitas entregas foram feitas: 1 milhão de m² de calçadas tornadas acessíveis; **3 centros especializados de reabilitação para pessoas com deficiência; 29 centros de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos; 1 centro de referência da Igualdade Racial; 8 centros Dia para Idosos; 5 pólos de Universidade Aberta com 800 idosos formados; 1 centro de referência Imigrantes (CRAI); 1 unidade de atendimento móvel nova e 2 Centros de Referência para Mulher reformados; 5 Centros de Cidadania da Mulher, inauguração de 2 novos Centros de Referência da Mulher e reforma e entrega de mobiliário da Casa Abrigo Helenira Rezende; 2 centros de cidadania e 2 unidades móveis de atendimento ao público LGBT; e 1 centro de acolhida para travestis e transexuais**.

A intersetorialidade dessas e outras ações, per-

passando os campos da educação, segurança, renda, trabalho, saúde, cultura, esporte, turismo, participação popular, etc., mostrou-se possível e fundamental para o sucesso das políticas. A atuação dessa gestão afirmou São Paulo como metrópole das liberdades coletivas e individuais, da solidariedade e do combate ao machismo, à misoginia, à homofobia e à xenofobia. Com seus inúmeros conflitos e tensões sociais, a cidade de São Paulo carecia de uma política de Estado que enfrentasse todas essas questões.

Devemos continuar e avançar ainda mais nessa direção para o segundo mandato. Nas áreas que são competências naturais do Município e também naquelas onde há descaso de outros entes federados. **Para além do foco tradicional voltado aos grupos vulneráveis e invisíveis, precisa estar a serviço da transformação da cidade, compreendendo e atuando nas reais tensões que marcam o território.** As ações devem promover não só a defesa e a autonomia do indivíduo e das coletividades, mas também ter como alvo aspectos centrais à dinâmica da cidade como a violência, a exclusão territorial e a intensificação de conflitos.

A população jovem e periférica, particularmente, deve ser olhada com mais atenção pelo governo municipal nos próximos quatro anos, ainda que grande parte das competências políticas nessa área não sejam municipais, a evidente negligência do governo do estado nos obriga a entrar cada vez de forma mais incisiva nesse âmbito. Para isso, o fortalecimento dos temas vinculados à população jovem no segundo mandato do

governo Haddad será prioridade.

Nessa mesma linha, a cidade de São Paulo precisa avançar em uma política de segurança urbana e cidadã moderna e garantidora de direitos. Embora a competência da segurança pública seja estadual, a cidade de São Paulo já atua em diversas frentes que reduzem a sensação de insegurança da população, com responsabilidade, ética e atenção. A nossa Guarda Civil Metropolitana deve estar alinhada a essa atuação comunitária e solidária.

A questão do consumo abusivo de drogas, enfrentada pelo programa De Braços Abertos de forma internacionalmente reconhecida e elogiada, deve prosseguir, fortalecendo e qualificando a rede de atendimento a usuários de substâncias psicoativas, sob a ótica da redução de danos e dos direitos humanos. Da mesma forma e com o mesmo direcionamento, devemos seguir na atuação inclusiva, receptiva e acolhedora de imigrantes e refugiados, posicionando a cidade de São Paulo como um grande centro de oportunidades de desenvolvimento da América Latina para todos os povos.

Assumindo este papel estratégico, o segundo mandato dialogará ainda mais diretamente com os grandes problemas que a cidade ainda enfrenta. E deverá fazê-lo prezando sempre por um olhar atento para as questões de gênero, racial e territorial.

Dado esse cenário, as diretrizes para o Programa de Governo 2017-2020 com vistas a seguir avançando para uma Cidade Inclusiva, Igualitária, Diversa, Cidadã e Garantidora de Direitos são:

DIRETRIZES

- Promover **ações que dêem visibilidade às pautas e alcancem resultados efetivos em temas vinculados a mulheres, negros, indígenas, imigrantes, pessoas em situação de rua, crianças e adolescentes, jovens, idosos, LGBTs, indígenas etc., de forma a incidir sobre o debate público e ajudar a reduzir preconceitos** e estereótipos, ampliando respeito e tolerância.
- Expandir e aprofundar a rede de proteção, atenção à saúde e apoio às mulheres, garantindo **o cuidado integral com respeito aos direitos sexuais e reprodutivos.**
- **Reduzir a desigualdade racial e de gênero no acesso aos recursos econômicos e sociais**, garantindo às mulheres e aos negros e negras melhores condições de acesso à formação e ao mercado de trabalho, bem **como ampliação da representação e participação nos espaços de poder.**
- Garantir a plena acessibilidade da cidade para que as pessoas com deficiência usufruam dos serviços e ambientes públicos ou de caráter público em todos os sentidos e formas.

- Expandir a oferta de opções de cultura, esporte e lazer nas regiões periféricas, com foco especialmente aos jovens que trabalhem e/ou residam nessas áreas, garantindo segurança e suporte às atividades.
- Potencializar e formatar o programa Juventude Viva de modo que cada vez mais se torne um instrumento efetivo no combate ao genocídio da juventude negra e periférica.
- Fortalecer, ampliar e qualificar os canais de comunicação e participação da área de Direitos Humanos e Cidadania, radicalizando a construção participativa com a sociedade das políticas públicas.
- **Incentivar e facilitar a utilização e apropriação coletiva, respeitosa e inclusiva do território da cidade, em especial dos espaços públicos,** fomentando a cultura, o lazer e a convivência pacífica.
- **Aperfeiçoar os instrumentos de erradicação da pobreza e construção de um Brasil justo, e avançar na transição do programa Bolsa Família em direção à Renda Básica de Cidadania.**
- Fortalecer o papel do município como protagonista no combate à violência a partir de uma política de segurança urbana cidadã calcada na prevenção e no engajamento comunitário.
- Criação de espaços de referência da juventude que incentivem o empreendedorismo profissional e social, em especial em áreas de emprego vinculadas a tecnologia e economia criativa.
- Articular permanentemente ações de enfrentamento à violência por meio de políticas integradas, multissetoriais e territorializadas, baseadas na manutenção de espaços públicos seguros e na promoção da resolução não-violenta de conflitos.
- Garantir que o desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo siga no caminho de uma cidade inclusiva, segura e aberta às mulheres, o que significa **enfrentar e combater firmemente a cultura da violência contra as mulheres na cidade de São Paulo.**
- Prover capacitação e formação continuada em Direitos Humanos aos servidores públicos municipais de maneira articulada nos temas de combate à intolerância e afirmação identitária nas diversas pautas (como LGBT, racismo, identidade de gênero, etc.)
- Promover ações focalizadas que fortaleçam os fatores de proteção e reduzam os fatores de risco associados à violência dos lugares, comportamentos e grupos mais vulneráveis à violência, como crianças, adolescentes e jovens, mulheres, população em situação de rua e população LGBT, em prol de uma cidade mais segura.

DESCENTRALIZAÇÃO E GOVERNO LOCAL

Na origem das democracias modernas, particularmente na original e inovadora democracia americana, a descentralização e o poder local eram concebidos não apenas como um método de governo, mas como um fundamento da própria democracia. Ambos os mecanismos serviam, antes de tudo, para assegurar as liberdades sempre ameaçadas pelas tendências centralizadoras das próprias democracias. Infelizmente, os temores de intelectuais e políticos de que a democracia poderia ser aprisionada na gaiola da centralização se confirmaram ao longo do tempo em quase toda parte.

Sem descentralização e governo local não se forma o espírito das comunidades e sem espírito de comunidade não há liberdade, não há participação da cidadania e não há efetiva garantia de direitos e dos interesses comuns de uma sociedade politicamente organizada. Sem descentralização e governo local o poder será puramente descente, impositivo, apartado do povo, exercido de forma burocrática, muitas vezes à revelia das próprias necessidades das comunidades. Governo local é a única forma de retirar as pessoas de dentro de si mesmas, convocando-as para a atividade e participação. É a forma mais propícia de estabelecer relações horizontais de poder nas quais as pessoas se

assenhorem do mesmo. Sem o governo local, comunitário, uma nação pode até ter um governo livre, mas não possui o espírito da liberdade, asseverou um grande escritor do Século 20.

Desta forma, descentralização e governo local são condições de exercício democrático da governabilidade e método eficaz de gestão. Isto era uma verdade nos primórdios das democracias modernas e é uma exigência ainda maior nas sociedades complexas do Século 21. No nosso tempo as democracias foram aprisionadas pelo capital financeiro e pelo grande capital em geral e padecem de eficiência pelas formas burocráticas com que são geridas. Uma das principais formas de resgatá-las desse sequestro consiste em aprofundar a descentralização e fortalecer o governo local com a participação das comunidades.

Assim, no segundo mandato do prefeito Fernando Haddad é preciso radicalizar o processo de fortalecimento das subprefeituras alargando os instrumentos de governança mais próximos das comunidades, melhorando a gestão dos serviços públicos, atendimento com mais agilidade as demandas locais e aperfeiçoando os mecanismos de participação popular e comunitária.

Para dar curso a esses objetivos propõem-se as seguintes medidas no segundo mandato do governo Haddad:

DIRETRIZES

- Descentralização do orçamento municipal e de sua execução, com maior empoderamento das subprefeituras, visando atingir maior agilidade e eficácia na tomada de decisões, no planejamento, na articulação intersetorial e nas respostas do poder público nas diversas regiões da cidade.
 - Eliminar/reduzir áreas concorrentes entre secretarias e subprefeituras.
 - Valorização dos subprefeitos e da estrutura local, dotando-os de capacidade de decisão para enfrentar os desafios e reduzir as desigualdades regionais.
 - Articular relações com sistemas e serviços nacionais e estaduais, conferindo mais eficiência ao uso de fundos de financiamento para o município.
 - Promover um amplo debate sobre a estrutura e finalidades políticas, organizativas e funcionais das subprefeituras.
- Criar mecanismos e fóruns de relacionamento direto entre o prefeito e os subprefeitos.
 - Implementar um processo de descentralização das áreas sociais (saúde, educação, assistência social, cultura e esportes), buscando um equilíbrio maior entre os bairros e as regiões.
 - Criar mecanismos institucionalizados de participação popular e comunitária na definição das prioridades nas subprefeituras.
 - Fortalecer o papel normativo, diretivo e gerencial das secretarias e de suas interfaces com as subprefeituras, conferindo unidade à política de gestão e contribuindo para o cumprimento de metas.

POR UMA ALTERNATIVA DE COMUNICAÇÃO

O controle privado dos meios de comunicação se converteu, especialmente nos últimos tempos, num perigoso fator de desequilíbrio democrático no País. Tirando a questão da unilateralidade política, que é central, existem outras, como a sonegação da diversidade cultural brasileira, evitada ou escamoteada pela grande mídia; a proscricção das agendas de afirmação (os grandes grupos de mídia ajudam a reiterar preconceitos contra minorias, indígenas, LGBTs, mulheres e negros) e os discursos que insuflam a criminalização dos movimentos sociais.

Em vez de diminuir a concentração, as novas tecnologias acabaram por trazer uma nova blocagem (por conta da capacidade econômica dos grandes grupos de comunicação, que incorporaram parte das novas plataformas de comunicação). A configuração atual da mídia no Brasil também aponta para uma ameaça à liberdade de expressão.

É consenso que a pluralidade torna amplo o conceito de democracia, e que é preciso criar mecanismos que nos tornem aptos a exercer um amplo (e rápido) diálogo democratizado por meio das redes sociais, para disputar discursos, fazer frente a uníssonos preconceituosos de toda ordem.

É papel de um governo comprometido com a demo-

- Promover a cultura digital e inovar as formas de participação (criar instrumento multiplataforma integrada, a São Paulo digital, para promover a participação popular e melhorar o atendimento ao cidadão por meio de inovação e tecnologia).
- Incentivo à educomunicação e à comunicação comunitária e alternativa (criação do SP Mídia para fomentar a comunicação diversa e no território).
- Publicizar os atos e fomentar a produção de conteúdo de políticas públicas para estimular a capilaridade do jornalismo alternativo.
- Criar uma política integrada de comunicação pública, social e digital (criação de um Conselho Municipal de Comunicação e Implantação de TV e Rádio públicas).

cracia difundir novas formas de expressão e de linguagem, além de novos meios, e ajudar a romper bloqueios de comunicação. Fundamentalmente, trata-se de estimular o aparecimento de meios alternativos, comunitários, imbuídos da responsabilidade pública, além de abrigar diversos protagonistas da informação e do debate.

Esse diagnóstico não é novo, mas a imperiosidade da mudança tem sido uma demanda constante. A nova gestão dispõe-se a enfrentar a situação e caminhar em três direções: a principal é a adoção de uma Política Municipal de Comunicação Social e Cultura Digital, atenta à intersectorialidade da comunicação do governo, hoje pulverizada pelas diferentes secretarias. Uma política que atente para estruturas já postas, disponíveis, como a rede de WiFi Livre, que preconize também a centralização dos aplicativos da prefeitura e adoção de tecnologia cidadã.

Também cuidará da transparência da divulgação dos atos, do fomento à produção de conteúdo e de políticas públicas para estimular a capilaridade do jornalismo alternativo. Outro princípio é o de modernização do atendimento ao cidadão – quando o cidadão for em busca de informação na Prefeitura, deve encontrá-la de forma acessível e rápida. Essa é uma questão central para a boa gestão.

DIRETRIZES

- Estimular o desenvolvimento de mecanismos efetivos para a estruturação de um sistema público de comunicação, que possa disseminar a pluralidade de pontos de vistas, de ideias, de conceitos e coberturas jornalísticas.
- Adotar uma Política Municipal de Comunicação Social e Cultural Digital, atenta à intersectorialidade da comunicação do governo e que atente para estruturas já postas, disponíveis, como rede de WiFi Livre.
- Atuar como elemento de salvaguarda dos direitos à autonomia, informação livre, soberania popular, pluralismo e cidadania.
- Difundir novas formas de expressão e de linguagem, além de novos meios para ajudar a romper bloqueios de comunicação.

São Paulo passa por um momento de transição. A força industrial que impulsionou o processo de urbanização no século passado já não é mais o motor da economia. O crescimento populacional desacelera e estima-se que em 20 ou 30 anos teremos diminuição no número de habitantes. O modelo rodoviário que definiu o espaço urbano se exauriu. A crise ambiental se manifesta, sobretudo, pelos equívocos históricos em relação à gestão dos recursos hídricos, marcados pelo desprezo aos rios e córregos e pela ocupação indevida dos mananciais. Uma nova ordem produtiva demanda uma nova ordem espacial. A busca por outros modelos de ocupação do solo, a revalorização do transporte público, o incentivo à mobilidade ativa e a conservação dos ativos ambientais exigem novos paradigmas na formulação das políticas públicas.

A sociedade civil também se transforma. A agenda histórica da reforma urbana, antes centrada na luta pelo direito à moradia digna, hoje é incrementada pela demanda por mobilidade, bens e serviços urbanos de qualidade. A população jovem, majoritariamente nascida sob uma cultura já urbana, está questionando a vida cotidiana da cidade. A integração das agendas da mobilidade, acessibilidade, direitos humanos, cultura e desenvolvimento urbano convergiram em um amplo processo de democratização do espaço público. O solo urbano é um bem finito e é previsível que seja objeto de intensa disputa. O poder público tem um papel central na mediação dos conflitos. Assim sendo, a reforma viária empreendida no campo da mobilidade foi

seguida por um conjunto de ações voltado à regulação das formas de uso da rede de espaços públicos. Programas de qualificação e reativação do espaço público como o Ruas Abertas, Centro Aberto e Carnaval de Rua se somaram a iniciativas como a implantação das praças Wifi, Parklets, Jardins Verticais e a transformação de grandes espaços privados em espaços públicos, como o Centro Esportivo Tietê e o Parque Chácara do Jockey, assim como a regulamentação dos artistas de rua e food trucks, entre outros. Em muitos casos, foi a população que motivou a regulamentação calcada na escuta e diálogo que vem sendo cultivado entre o município e os coletivos culturais, ativistas urbanos e movimentos de bairro. O espaço público, antes terra de ninguém, vem sendo ressignificado e reapropriado pela população, reflexo desse campo fértil de revisão dos valores da cultura urbana da cidade, acolhida e incentivada pela prefeitura.

A transição pela qual passa São Paulo exige tanto a organização do processo de reestruturação produtiva em curso, quanto a reflexão sobre os valores culturais que moldam os modos de vida e as formas de uso do espaço da cidade. Nesse contexto, cabe ao poder público orquestrar todo esse processo, ordenar o espaço público e regular o uso privado da cidade para todos e para cada um.

Um dos principais instrumentos disponíveis às mãos do poder municipal é o marco regulatório da política urbana, no qual têm protagonismo o **Plano Diretor** e a **Lei de Zoneamento**. Atuando de maneira articulada e

coesa, estabelecem as diretrizes de desenvolvimento da cidade e regulam as formas de uso e de ocupação do solo. Essas leis contêm uma visão de longo prazo que define um pacto social pelo futuro da cidade.

Quando iniciamos a gestão, o marco regulatório estava desatualizado. A gestão anterior não conseguiu realizar as revisões do Plano Diretor Estratégico previstas em lei. Sendo assim, um dos principais compromissos da gestão Haddad foi a revisão desse marco legal. A proposta de Plano Diretor e a revisão do Zoneamento, elaborados por esta gestão e construídas por meio de um amplo processo participativo com a população estabelecem as bases para a implementação de um projeto de cidade para os 16 anos seguintes.

É no âmbito do Plano Diretor que se desenvolveram as políticas públicas voltadas para a habitação. O Plano propôs romper com a organização pendular da cidade, com regiões residenciais distantes e a região central complexa e bem estruturada. Ele incentiva a diversidade de atividades urbanas em todas as partes, vinculada ao transporte público de massa e equipamentos públicos, fomentando uma cidade melhor distribuída na sua atividade econômica, aproximando moradia e emprego, de forma a torná-la mais democrática e acessível para todos.

Um dos pontos essenciais da gestão Haddad nas políticas públicas para Habitação Social foi assumir que a habitação é parte da política urbana. O direito à cidade é a unificação dessas políticas, com a garantia de moradia nas áreas bem estruturadas da cidade e a estruturação das áreas com predominância de baixa renda, promovendo o máximo de funcionalidade e conforto em qualquer que seja a região, não só nas áreas economicamente mais privilegiadas.

Antes de 2013, havia um diagnóstico de que o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) não teria espaço em São Paulo porque a terra era cara. Havia financiamento federal para produção, mas necessitava da contrapartida da Prefeitura para a aquisição de terras e imóveis. As opções políticas da gestão Serra-Kassab privaram São Paulo da possibilidade de atender à faixa 1 do MCMV utilizando os grandes investimentos federais do PAC e do MCMV, principalmente no período 2009-2012. São Paulo perdeu a janela do MCMV. A gestão Serra-Kassab optou por realizar projetos de impacto de marketing pontuais, caros e que mais re-

moveram do que atenderam famílias. A consequência foi o crescimento vertiginoso do número de famílias incluídas no Programa de Auxílio Aluguel, que consiste no simples repasse de recursos financeiros para a família, sem qualquer perspectiva concreta de atendimento definitivo.

A gestão Haddad assumiu que o problema na área de habitação em São Paulo não era a falta de terra disponível a preços acessíveis em escala suficiente para combater o déficit habitacional da cidade, o que havia de problemático era a falta de uma **política pública voltada para a aquisição de terra**. Foi dada prioridade estratégica para a aquisição de terras e imóveis, com um conjunto bastante amplo de instrumentos regulatórios inéditos no Brasil.

Enfrentamos, também, o entendimento de que os empreendimentos habitacionais não poderiam ter elevadores devido à baixa capacidade dos moradores em arcar com seu custo de manutenção e que, portanto, tinham que se limitar a cinco pavimentos. A gestão Haddad superou esse preconceito. Ao reconhecer que havia terra, mas que era cara, foi preciso diminuir o valor do custo da terra por unidade habitacional, promovendo sua utilização mais eficiente, viabilizando custos mais compatíveis com a capacidade de aquisição pela Prefeitura. Além disso, os elevadores melhoram a qualidade dos condomínios, tornam o uso para as famílias mais confortável e garantem acessibilidade universal em todos os andares.

As ações do governo Haddad avançaram na estruturação de uma política habitacional para garantir a democratização do direito à cidade. O Plano Municipal de Habitação apresentado em 2016 incorpora os avanços do Plano Diretor, as ações do governo e é o próximo passo para avançar no enfrentamento das necessidades habitacionais existentes no município.

Apesar do cenário desfavorável em que nos encontramos, o governo Haddad conseguiu avançar significativamente em relação a grande parte das ousadas metas estabelecidas. Levando em consideração o total de terras adquiridas para o MCMV pela Prefeitura e pela iniciativa privada, **temos o suficiente para bem mais de 55 mil unidades habitacionais**. A destinação de **20% das 55 mil unidades para a autogestão** foi viabilizada com edifícios e terrenos bem localizados e com

infraestrutura já consolidada.

Para garantir que os setores de menor renda tenham seu lugar nessa cidade, mais do que dobramos as áreas de **Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)** para 34 km², na somatória dos lotes demarcados para esse fim, o que é, em termos de área construtível disponibilizada, mais do que suficiente para enfrentar o déficit habitacional da cidade pelos próximos 16 anos. O esforço pela ampliação das ZEIS foi importante não só para assegurar o direito à cidade em terrenos e imóveis não utilizados, mas também como uma garantia de fixação da população mais pobre em áreas que ela já ocupa, podendo ser consolidadas e transformadas efetivamente em bairros regulares.

Para além da política de provisão de moradia sustentada pelas diferentes modalidades do MCMV, foi necessário estruturar e diversificar a política de moradia na cidade. A **demarcação dos assentamentos precários como ZEIS-1** garante o direito à política de regularização fundiária e, quando há conflitos com reintegrações de posse solicitadas pelo proprietário, garante que a área deverá ser destinada à Habitação de Interesse Social mesmo se for desocupada. Criou-se, assim, um ambiente favorável para o cumprimento de uma das metas mais ambiciosas da gestão, a de promover **regularização fundiária para 200 mil famílias**. Durante a gestão passada, o programa ficou à deriva. Foi retomado na gestão Haddad e está sendo executado.

São Paulo não pode ficar na dependência exclusiva dos financiamentos externos, como o MCMV ou o PAC, já que estes podem cessar, como de fato ocorreu. Por isso, foi importante fortalecer as alternativas de financiamento municipais como a criação do Cota de Solidariedade, o coeficiente básico de aproveitamento igual a 1 e a vinculação de receitas do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB) e das Operações Urbanas para a compra de terras para a habitação e para a mobilidade.

São Paulo, assim como todas as grandes cidades do país, tem um número significativo de imóveis vazios e sem uso, que não cumprem sua função social. O governo Haddad deu atenção especial ao combate do não cumprimento da Função Social da Propriedade, tornando esse controle mais rígido, com o **IPTU progressivo e o Parcelamento, Edificação e Utilização**

Compulsórios (PEUC), notificando as propriedades na área central e nas áreas de Operações Urbanas que não cumpriam a função social, prevendo a futura taxa progressiva e eventual desapropriação dessas áreas para destinação à produção de moradia. Já são **mais de dois milhões de metros quadrados notificados**, o que é inédito, nesse escala, no Brasil. **Isso equivale a dois anos de toda a produção do mercado imobiliário privado na cidade**. Tal medida, associada à iniciativa de negociar com os proprietários para o eventual aluguel desses imóveis para fazer locação social, pode gerar uma mudança significativa na ocupação da região central da cidade.

A lista de instrumentos regulatórios da política urbana e habitacional que foram implantados pela gestão Haddad não existe em nenhuma outra cidade do Brasil. Com a reativação dos espaços de participação, inclusive com a **reinstalação do Conselho Municipal de Habitação**, recuperamos o diálogo com os movimentos sociais, e visamos a construção de uma política habitacional com a efetiva participação dos principais interessados: a população que ainda sofre pela falta de moradia digna.

O Plano Diretor Estratégico (PDE) elaborado pela gestão Haddad também trouxe importantes avanços para a agenda ambiental da cidade. As ações empreendidas nas **Bordas da Cidade** exemplificam os ganhos gerados quando as políticas públicas resultam da integração das políticas setoriais. Nas bordas, os programas de fomento ao ecoturismo (como a criação do **Polo de Ecoturismo de Parelheiros**) e à agricultura familiar respondem conjuntamente à conservação ambiental, ao plano de desenvolvimento sustentável da zona rural, aos programas de geração de renda para populações vulneráveis e à política de segurança alimentar. O PDE, ao resgatar a zona rural no município, ofereceu o marco legal necessário para que a população nela residente acesse os programas de financiamento agrícola. Por sua vez, o acesso ao mercado foi estruturado a partir da política de compras municipal que visa atingir os pequenos e micro produtores. **O sistema de abastecimento da merenda escolar, hoje responsável pela produção de 2 milhões de merendas por dia, garante a produção. A regulamentação da lei que torna obrigatória a introdução de alimentos orgânicos na ali-**

mentação escolar é um marco importante na cidade. A prioridade agora é privilegiar os produtores locais e incentivá-los à transição para os orgânicos.

O Plano Diretor integrou as demandas ambientais ao desenvolvimento da cidade, **ampliando em 53% as Zonas Especiais de Proteção Ambiental**. O PDE também instituiu o **Fundo Municipal para Parques**, um mecanismo de financiamento para implantação de parques em áreas específicas definidas pela Prefeitura, e o **Pagamento por Serviços Ambientais**, um mecanismo de incentivo à conservação de áreas verdes. Ambos os instrumentos ainda precisam ser implementados.

Diversas ações importantes da gestão Haddad contribuíram significativamente para a sustentabilidade ambiental da cidade, em especial nas áreas da mobilidade urbana, gestão dos resíduos sólidos e iluminação pública. A prioridade dada ao transporte coletivo e à mobilidade ativa, com a implantação de faixas exclusivas de ônibus, ciclovias e reforma de calçadas, representam um avanço essencial para reduzir o uso do transporte individual e, portanto, reduzir a emissão de poluentes e a contribuição para o aquecimento global.

- Enfrentar o problema de moradia em toda a cidade: garantia do direito à cidade, com diversidade de atendimento habitacional que responda à diversidade da demanda em todas as regiões da cidade (centrais e periféricas), por meio da produção e adequação de moradias novas, locação social, urbanização, regularização fundiária, melhorias habitacionais, assistência técnica, mediação de conflitos fundiários, moradia transitória, regulação e fiscalização do mercado privado (cortiços, aluguéis e construção de moradias), com gestão democrática, articulada com os programas das outras secretarias e no território.
- Garantir verbas exclusivas, com recursos próprios, para a moradia popular e seguir o programa de desapropriações para interesse social - os movimentos de moradia arrancaram conquistas importantes (Jardim Iguatemi, Vila Maria, compra de edifícios no Centro, regularização fundiária, chamamento público nas áreas da Cohab, etc), mas isso ainda é muito pouco perto da demanda existente na Capital.

A implantação das duas primeiras centrais mecanizadas de triagem de resíduos sólidos da cidade, a ampliação da coleta seletiva para todos os distritos da cidade e o incentivo à compostagem caseira são medidas que permitiram o aumento da reciclagem dos resíduos sólidos, reduzindo o seu impacto ambiental. A **troca da iluminação pública por LED** é outra ação de grande impacto, pois representa uma relevante economia de energia na cidade.

Outras políticas importantes para a preservação do meio ambiente foram a introdução da **cota ambiental na lei do Zoneamento**, o projeto de **lei do IPTU Verde e o desconto no IPVA para os veículos elétricos**. Todas essas legislações criam incentivos essenciais para a sustentabilidade do espaço urbano em São Paulo. O projeto **Árvores no Asfalto** é outro exemplo de inovação nas soluções para um uso mais qualificado do solo urbano, aumentando a arborização na estrutura viária já consolidada da cidade. O **Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo**, elaborado pela gestão Haddad, traz as principais diretrizes para se equacionar o problema na cidade.

DIRETRIZES

- Promover amplo debate entre representantes dos trabalhadores, empresários, comércio, indústrias e consumidores visando instituir uma política de sustentabilidade com foco na geração de emprego e renda, na qual cada setor apresenta as propostas, derrubando o veto à Lei Municipal 15.374/2011, aprovado na Câmara Municipal, que institui o fornecimento gratuito de sacolas plásticas a todos os consumidores. Ampliar a coleta seletiva e a reciclagem dos resíduos sólidos gerados na cidade, com a utilização de inovações tecnológicas. A rede de supermercados, hipermercados e atacadistas da cidade terá por obrigação o fornecimento gratuito de sacolas plásticas a todos os consumidores e consumidoras. As sacolas plásticas de qualquer tipo e origem deverão atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), norma nº 14.937, que assegura a qualidade, e a norma nº 15.448-2, que garante a degradabilidade das sacolas produzidas com plástico biodegradável, portanto ambientalmente sustentável.

- Implementar uma política de acesso à terra/imóveis para produzir habitação popular (HIS): garantir aquisição de imóveis localizados no centro e bairros que tenham infraestrutura, equipamentos e emprego para produzir HIS de forma constante utilizando recursos do orçamento municipal, fundos, instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos, programas de financiamento e repasse de imóveis dos governos federal, estadual e municipal e suas respectivas autarquias.
- Implementar a Política Habitacional a partir do Plano Municipal de Habitação proposto pelo governo Haddad
- Fortalecer o diálogo com a sociedade, em especial com os movimentos e organizações de defesa do direito à moradia e à cidade.
- **APROFUNDAR A DEMOCRATIZAÇÃO DO USO E GESTÃO COMPARTILHADA ESPAÇOS PÚBLICOS:**
- Articular propostas que aprofundem a democratização do uso e a inflexão na ocupação do espaço público.
- Descentralizar a gestão e as ações relacionadas à ocupação de espaços públicos, envolvendo uma multiplicidade de grupos, coletivos e locais de São Paulo.
- **FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO URBANO LOCAL EM ÁREAS DE ALTA VULNERABILIDADE:**
- Priorizar e promover investimentos públicos nas áreas de maior vulnerabilidade social a partir de programas de desenvolvimento local induzidos por projetos urbanos de alto impacto social.
- **QUALIFICAR OS CENTROS DE BAIRRO, OS EIXOS DE MOBILIDADE E OS POLOS DE DESENVOLVIMENTO:**
- Aprofundar a transformação iniciada com os Eixos de Transformação, demarcados ao longo dos corredores de transporte de média e alta capacidade, e a Estruturação Metropolitana, promovendo a inclusão territorial e produtiva nas áreas com melhor infraestrutura de equipamentos e de mobilidade.
- Priorizar a implementação de projetos estruturados na cidade que apontam para o aprofundamento das políticas de inclusão produtiva e a produção de moradia nas áreas com boa infraestrutura.
- **ESTIMULAR A GESTÃO URBANA BASEADA EM INFORMAÇÕES, VISANDO ARTICULAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS TENDO O CIDADÃO COMO FOCO E COMO SUJEITO:**
- Combinar a grande disponibilização de dados em formato aberto e criar uma estrutura de mobilização conjunta com os segmentos da sociedade para gerir inovações em conteúdo e em formas de implantação das políticas públicas e estimular o diálogo a partir de conteúdos práticos.
- Fortalecer a fiscalização ambiental.
- Ampliar as ações voltadas à educação ambiental na cidade.
- Efetivar instrumentos de incentivo ao desenvolvimento rural sustentável.
- Ampliar a participação e a transparência na gestão das áreas verdes, parques e praças da cidade.
- Ampliar as áreas verdes e arborizadas da cidade.
- Fortalecer a gestão das áreas verdes da cidade.
- Implementar os instrumentos de preservação ambiental criados pelo Plano Diretor Estratégico.
- Fortalecer, reestruturar e modernizar o setor de Habitação da Prefeitura.
- Estimular a apropriação coletiva do espaço público a partir de uma gestão democrática dos conflitos.
- Potencializar a proteção dos usos históricos e a valorização do patrimônio.
- Fomentar o uso do espaço público, priorizando ações de requalificação e gestão.
- Criar condições para investimentos descentralizados que combinem diversas políticas setoriais.
- Investir em estratégias mais efetivas de proteção ambiental a partir de usos sustentáveis que combinem a produção de alimentos orgânicos, ecoturismo, políticas de geração de renda e desenvolvimento rural e a ampliação das zonas de proteção ambiental e preservação dos recursos hídricos.
- Tornar a estrutura do setor público mais permeável às intensas mudanças da sociedade em relação às formas de implementar as políticas públicas.



GRUPOS DE TRABALHO: Democratização da Gestão, Inovação e Atendimento ao Cidadão; Transparência, Prevenção e Combate à Corrupção; Desenvolvimento Regional e Descentralização; Políticas para as Mulheres; Promoção da Igualdade Racial; Juventude; Direitos LGBT; Direitos da Criança e do Adolescente; Direitos das Pessoas com Deficiência; Direitos Humanos e Cidadania; Comunicação; Educação; Cultura; Saúde; Assistência Social; Esportes e Lazer; Desenvolvimento Urbano e Direito à Cidade; Habitação; Meio Ambiente e Serviços Urbanos; Desenvolvimento Econômico e Trabalho; Mobilidade Urbana; Segurança Urbana Cidadã.